



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

FELIPE HORÁCIO VALENTE DE LUCENA SANTANA

**EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PROMOÇÃO DE IGUALDADE
SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ENCONTRADA NA
ZONA NOROESTE DA CIDADE DE SANTOS/SP**

SEROPÉDICA
2025

FELIPE HORÁCIO VALENTE DE LUCENA SANTANA

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PROMOÇÃO DE IGUALDADE SOCIAL: UM
OLHAR SOBRE A REALIDADE ENCONTRADA NA ZONA NOROESTE DA
CIDADE DE SANTOS/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**. Área de concentração em Educação Agrícola.
Orientador: Dr. Bruno C. de Menezes Bahia.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S232e SANTANA, FELIPE HORÁCIO VALENTE DE LUCENA , 1987-
EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PROMOÇÃO DE IGUALDADE
SOCIAL: UM OLHAR SOBRE A REALIDADE ENCONTRADA NA ZONA
NOROESTE DA CIDADE DE SANTOS/SP / FELIPE HORÁCIO
VALENTE DE LUCENA SANTANA. - Seropédica, 2024.
86 f.: il.

Orientador: Bruno Cardoso de Menezes Bahia.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação
Agrícola, 2024.

1. Racismo Estrutural. 2. Identidade Social. 3.
Projeção Social. 4. Zona Noroeste. I. Bahia, Bruno
Cardoso de Menezes , 1979-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Educação Agrícola III. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 32 / 2025 - PPGEA (11.39.49)

Nº do Protocolo: 23083.028555/2025-13

Seropédica-RJ, 03 de junho de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

FELIPE HORÁCIO VALENTE DE LUCENA SANTANA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 03/06/2025.

Bruno Cardoso de Menezes Bahia, Dr. UFRRJ

Augusto Rodrigues, Dr. UNESP

Viviane Conceição Antunes, Dra. UFRRJ

(Assinado digitalmente em 03/06/2025 17:16)
BRUNO CARDOSO DE MENEZES BAHIA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGEA (11.39.49)
Matrícula: 1528697

(Assinado digitalmente em 03/06/2025 18:16)
VIVIANE CONCEICAO ANTUNES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptL/IM (12.28.01.00.00.89)
Matrícula: 1306112

(Assinado digitalmente em 03/06/2025 17:30)
AUGUSTO RODRIGUES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 421.778.428-75

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **32**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE**
MESTRADO, data de emissão: **03/06/2025** e o código de verificação: **2c7ad6d605**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a todos os jovens, homens e mulheres negras deste país que por muitos séculos foram subjugados, maltratados e humilhados por uma elite branca, racista e soberba que, mesmo após o término do regime escravagista, mantiveram seus descendentes nas mesmas condições sociais em que seus ancestrais foram obrigados a viver. Esta obra é dedicada a todo povo preto que, mesmo em face de tanta discriminação, conseguiu vencer e mesmo que de maneira pífia, conseguiu ocupar seu lugar na sociedade e, que mesmo após sua ascensão social, ainda luta diariamente contra o preconceito existente de forma velada e cruel em nosso país.

Em especial, dedico esta obra a meu avô, o Sr. Luiz Joaquim Santana, (*in memorian*), homem preto, trabalhador que, com sacrifício, sem muito estudo, conseguiu criar e educar seus cinco filhos, dando-lhes base de valores importantes, tais como, o cuidado com a família, o trabalho e, o orgulho de suas origens.

E por último, dedico esta pesquisa ao meu filho, Henrique, meu orgulho e para quem eu dedico e dedicarei sempre um amor abnegado. Ele que nasceu dentro do espectro autista, em seus dez anos de vida me ensinou muito sobre o respeito, a compreensão e a importância de se dedicar em prol de uma boa causa. Com o seu diagnóstico de TEA, nasceu em mim uma vontade exacerbada de defender e lutar contra qualquer tipo de preconceito e discriminação, além de aflorar em minha alma, um orgulho de minhas origens e ancestralidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, pois, durante este percurso, foi Ele que me deu forças e abriu os caminhos para que tudo isso fosse possível em minha vida. Agradeço aos meu pais que, durante minhas longas horas de viagem, mês após mês até a Rural, oravam por mim, de acordo com sua fé e crenças, para que eu pudesse ir e vir em segurança. Não posso deixar de registrar minha gratidão ao Professor Bruno Bahia, meu orientador e, posso dizer, amigo, que foi um grande incentivador e parceiro na construção desta pesquisa. Também agradeço minha companheira de vida, Robertinha, que sempre me olhou com admiração, mesmo eu achando que ela me enxerga com um certo exagero, tamanha a admiração que ela despende a mim.

Aos colegas do PPGEA, professores e servidores ao longo desta dura e sacrificante jornada, registro aqui, meu carinho, admiração e agradecimento, pois, certamente, tornaram esta jornada mais leve, prazerosa e sem sombra de dúvidas, divertida.

***“AOS ESFARRAPADOS DO MUNDO E AOS QUE NELES SE DESCOBREM E,
ASSIM DESCOBRINDO-SE, COM ELES SOFREM, MAS, SOBRETUDO, COM
ELES LUTAM”***

Paulo Freire

RESUMO

SANTANA F. H. V. DE L. Educação antirracista na promoção de igualdade social: Um olhar sobre a realidade encontrada na Zona Noroeste da Cidade de Santos/SP. 86p. Dissertação Mestrado em Educação Agrícola. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

O ponto central da pesquisa é abordar a importância de se proporcionar uma educação antirracista, analisando o problema da racialização nas vidas dos estudantes da 3ª série do Ensino Médio da EE. Francisco Meira, no que se refere à sua identidade e projeção social. Abordaremos a relevância do lugar de fala, tanto às acadêmicas, quanto as sociais, para que possa haver uma relação entre o que se discute na academia e o que é compreendido efetivamente pela sociedade ao que tange às questões de racismo e preconceito por conta de cor/raça e questões a elas inerentes.

A presente pesquisa pretende refletir sobre a questão do racismo estrutural no contexto pedagógico, por meio de uma análise sistêmica que abordará os problemas filosóficos do racismo estrutural, bem como os da identidade social e consciência de classe, forjados em uma sociedade que imperativamente chafurda na lama do racismo estruturalmente existente em nosso país, em especial, na região da Zona Noroeste da cidade de Santos, locus de nossa pesquisa, onde está localizada a EE. Francisco Meira. Iremos trabalhar com os jovens estudantes das terceiras séries do ensino médio, para compreendermos quais são suas expectativas frente à construção de sua identidade e projeção social.

Palavras Chaves: Racismo Estrutural, Identidade Social, Projeção Social, Zona Noroeste.

ABSTRACT

SANTANA F. H. V. DE L. Anti-racist education in the promotion of social equality: A look at the reality found in the Northwest Zone of the City of Santos/SP.. 2024. 86f. Master's dissertation in Agricultural Education. Agronomy Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2024.

The central point of the research is to address the importance of providing an anti-racist education, analyzing the problem of racialization in the lives of students in the 3rd year of high school in EE. Francisco Meira, about her identity and social projection. We will address the relevance of the place of speech, both academic and social, so that there can be a relationship between what is discussed in the academy and what is effectively understood by society with regard to issues of racism and prejudice due to color/race and related issues.

This investigation intends to reflect on the issue of structural racism in the pedagogical context, through a systemic analysis that will address the philosophical problems of structural racism, as well as those of social identity and class consciousness, forged in a society that imperatively wallows racism in the mud structurally existing in our country, especially in the Northwest Zone of the city of Santos, the locus of our research, where the EE Francisco Meira is located. . We will work with young students in their third year of high school to understand what their expectations are regarding the construction of their identity and social projection.

Keywords: Structural Racism, Social Identity, Social Projection, Zona Noroeste.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1: ZN vista por cima em 1976..... | 5 |
| Figura 2: Planta livro Santos Obras 74/79, Prefeitura Municipal de Santos. | 5 |
| Figura 3: Imagem aérea das invasões da Zona Noroeste de Santos, acervo Página da ZN | 11 |
| Figura 4: Morro do Saboó, Zona Noroeste de Santos, acervo: Página da ZN..... | 17 |
| Figura 5: A vida nas palafitas de Santos Dique da Vila Gilda | 42 |
| Figura 6: Operação escudo | 51 |
| Figura 7: Esmeraldo Tarquínio Soares | 55 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Distribuição da população negra e branca santista, pelas áreas geográficas.. | 12 |
| Tabela 2: Mortes cometidas por policiais em serviço, por região (janeiro – agosto)..... | 49 |
| Tabela 3: Percentual de vítimas por raça/cor do total de mortes cometidas por policiais em serviço (janeiro – agosto)..... | 50 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| JUSTIFICATIVA: DA RELEVÂNCIA DO LUGAR DE FALA ÀS ACADÊMICAS E SOCIAIS | 10 |
| 1 CAPÍTULO 1 REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NO CONTEXTO PEDAGÓGICO. | 16 |
| 1.1 O problema filosófico do racismo estrutural | 18 |
| 1.2 O problema filosófico da identidade social e consciência de classe. | 24 |
| 1.3 O problema filosófico do contexto pedagógico atual frente ao racismo estrutural. | 30 |
| 2 CAPÍTULO 2 UM CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTOS E SUAS DISCREPÂNCIAS SOCIAIS E RACIAIS. | 38 |
| 2.1 Contexto social e histórico da zona noroeste..... | 40 |
| 2.2 A importância da educação antirracista como mecanismo histórico de reparo às injustiças sociais: com um olhar voltado a Zona Noroeste de Santos. | 44 |
| 2.3 O racismo estrutural e a violência policial contra os negros na Zona Noroeste: A Evidência necessária da urgência de uma educação antirracista. | 47 |
| 3 CAPÍTULO 3 ANALISANDO RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PROMOÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA..... | 59 |
| 3.1 Do desenvolvimento e reflexões da pesquisa | 59 |
| 3.2 Perspectivas E desafios na construção de uma educação antirracista na Zona Noroeste de Santos. | 68 |
| 3.3 Os desafios da implementação de uma educação antirracista frente a instrumentalização da educação como estratégia de perpetuação das desigualdades sociais. | 71 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 79 |
| 5 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS..... | 82 |

INTRODUÇÃO

Apresentação do problema de pesquisa

Antes de apresentar a pesquisa propriamente dita, é importante falar sobre o pesquisador e suas motivações para iniciar um debate concernente ao tema em tela. Professor há mais de quinze anos, atuando principalmente em escolas da rede pública paulista, tendo iniciado no magistério na rede estadual, como professor auxiliar em uma unidade escolar na cidade do Guarujá, que posteriormente fez sua trajetória profissional, primeiro se efetivando como professor dos anos iniciais do ensino fundamental e, posteriormente assumindo a vice-direção e respectivamente a direção nessa escola. Enquanto gestor, observando dia após dia as mazelas vivenciadas pelos estudantes, pretos, pardos e periféricos, buscou em sua gestão, humanizar e trazer qualidade de ensino e uma formação crítica aos estudantes, para que estes, pudessem desenvolver uma consciência de classe, política e sobretudo, um sentimento de pertencimento as suas origens, de forma que os ajudasse a mudar suas realidades por meio de ações impulsionadas por uma educação transformadora e propositiva.

Neto por parte de pai de um homem negro, nortista, fruto da união de uma mulher branca e um homem pardo, por mais que em seus documentos tenha sido registrado como pardo, socialmente é lido como uma pessoa branca, muitas vezes, vindo de um contexto de privilégios. Mesmo com sacrifício, teve oportunidade de estudar e ter acesso a boas oportunidades, sempre se indignou por conta das injustiças raciais e sociais, após presenciar injustiças e preconceitos, muitas vezes praticadas por aqueles que deveriam repelir tais ações, isto é, seus colegas docentes, em virtude de sua ancestralidade, e indignação frente a tantas injustiças testemunhadas, tornou-se um militante ferrenho na luta antirracista.

Com um olhar de professor experiente, especificamente por ter atuado por mais de uma década nas periferias do litoral sul de São Paulo, entendeu que o sistema de ensino da rede pública que deveria libertar a juventude negra dos grilhões da pobreza e do sistema social que tende a manter o *“status quo”* existente na sociedade brasileira desde a invasão e dominação europeia.

O método qualitativo foi escolhido como abordagem central desta dissertação por sua adequação à compreensão de fenômenos sociais complexos, como o racismo e as práticas pedagógicas voltadas à sua superação. Segundo Denzin e Lincoln (2006, p.

17), a pesquisa qualitativa é “uma atividade situada que localiza o observador no mundo”, sendo, portanto, apropriada para captar a multiplicidade de significados e experiências vivenciadas por indivíduos em contextos específicos. No caso desta pesquisa, que trata da educação antirracista como ferramenta de promoção da igualdade social, compreender as percepções de docentes e estudantes exigia uma metodologia que valorizasse os sentidos atribuídos às práticas educativas cotidianas.

A pesquisa qualitativa, como destaca Minayo (2001, p. 21), “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, sendo, assim, fundamental para analisar como o racismo é percebido, enfrentado ou, por vezes, ignorado no ambiente escolar. Ao adotar essa abordagem, foi possível acessar dimensões subjetivas da experiência educacional que não seriam captadas por métodos quantitativos, como sentimentos de exclusão, resistência simbólica e iniciativas pedagógicas espontâneas que emergem da prática docente.

Para a coleta de dados, foi utilizado um questionário online estruturado no Google Forms, contendo perguntas abertas e fechadas sobre vivências escolares relacionadas ao tema da educação antirracista. A opção por esse instrumento permitiu alcançar um número expressivo de participantes com agilidade, além de garantir o anonimato das respostas, criando um ambiente mais seguro para o compartilhamento de opiniões. Conforme Triviños (1987, p. 132), “o instrumento deve permitir a emergência de significados próprios dos sujeitos pesquisados”, o que foi possível por meio das perguntas abertas, que incentivaram a expressão individual dos estudantes e professores da escola estadual situada no estado de São Paulo.

Durante a análise dos dados, adotou-se a técnica de categorização temática, que consiste em agrupar as falas em núcleos de sentido relacionados às questões da pesquisa. De acordo com Bardin (2011, p. 137), a análise de conteúdo permite “a obtenção de indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receptividade das mensagens”. Essa técnica revelou importantes contrastes entre as percepções docentes e discentes: enquanto alguns professores relataram tentativas isoladas de abordar a temática racial nas aulas, os estudantes expressaram uma consciência crítica significativa sobre o racismo, mas também apontaram a ausência de ações sistemáticas da escola nesse sentido.

A utilização do método qualitativo foi, portanto, essencial para dar visibilidade às vozes dos sujeitos envolvidos na prática educativa e compreender as dinâmicas institucionais que influenciam (ou limitam) a implementação de uma educação

antirracista. Como enfatiza Gatti (2005, p. 15), “a pesquisa qualitativa permite compreender os processos em profundidade, levando em conta as interações e os contextos em que os fenômenos ocorrem”. Nesse sentido, a abordagem adotada não apenas revelou dados, mas também ampliou o entendimento sobre os desafios e possibilidades de uma educação comprometida com a igualdade racial e social no espaço escolar.

Como pesquisador comprometido com a equidade educacional e a justiça social, minha trajetória acadêmica e profissional tem sido orientada pela investigação crítica das relações entre *discurso, raça e poder* no contexto escolar. Minha inserção em projetos de extensão e movimentos antirracistas, bem como minha experiência docente em escolas públicas, motivaram esta pesquisa, que busca compreender como os discursos sobre *educação antirracista e igualdade social* são construídos e ressignificados na prática educativa.

A presente pesquisa busca analisar como a racialização permeia as vidas e o cotidiano dos estudantes das terceiras séries do Ensino Médio da Escola Estadual Professor Francisco Meira, localizada na Zona Noroeste (ZN) da cidade de Santos, litoral sul do Estado de São Paulo. Apesar de Santos ser uma cidade com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e reconhecida pela qualidade de vida, a região da ZN é marcada pelo esquecimento histórico e pela negligência do poder público, configurando-se como um espaço de marginalização social. Essa exclusão reflete um padrão histórico nacional de invisibilização de grupos subalternizados, conforme apontado por Ribeiro (2019), ao discutir as consequências estruturais do racismo no Brasil.

A Zona Noroeste, com área de 12 mil metros quadrados, compreende 16 bairros, incluindo Alemoa, Areia Branca, e Vila Haddad, sendo atendida em grande parte pela EE Professor Francisco Meira. Historicamente, a ocupação dessa região remonta à década de 1950, período marcado pela migração de trabalhadores oriundos do Nordeste, Minas Gerais e interior de São Paulo, que buscavam melhores condições de vida, mas se depararam com exclusão social e econômica. Esses trabalhadores, em sua maioria, ocuparam áreas anteriormente destinadas a mangues e desempenharam funções braçais, como o trabalho no cais e em obras de infraestrutura (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS, 1976).

“As periferias urbanas no Brasil, como a Zona Noroeste de Santos, representam não apenas a história de deslocamento e exclusão, mas também a resiliência de populações que transformaram territórios abandonados pelo poder público em espaços de resistência cultural e social. Essas regiões carregam marcas da segregação racial e socioeconômica, reflexos diretos do projeto histórico de desigualdade estrutural no país.” (Rolnik, Raquel, 2001, p. 89).

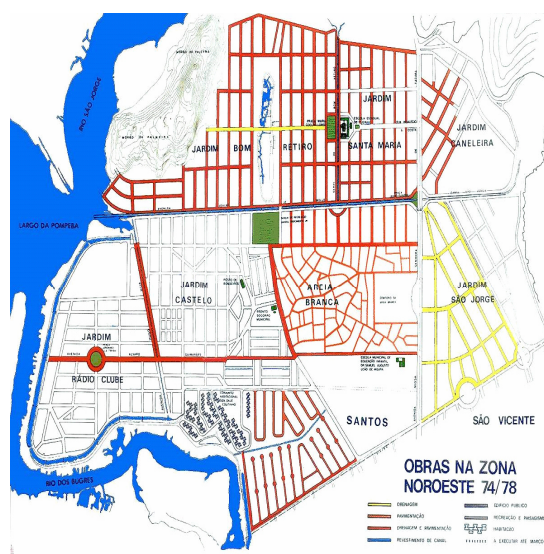
A citação de Raquel Rolnik oferece um panorama teórico que dialoga diretamente com a trajetória histórica e as dinâmicas socioeconômicas da Zona Noroeste de Santos. Ao abordar a ocupação dessa área a partir da década de 1950, marcada pela migração de trabalhadores nordestinos, mineiros e paulistas, fica evidente como essas populações foram marginalizadas e relegadas a territórios ambientalmente vulneráveis, como os manguezais. Essa segregação reflete um processo histórico de urbanização excludente que priorizou as elites urbanas em detrimento das classes populares.

Além disso, a resiliência dessas comunidades, mencionada por Rolnik, se expressa na transformação desses espaços em territórios com identidade cultural e política própria, apesar das condições adversas. A Zona Noroeste não apenas abriga a força de trabalho que impulsionou a economia santista, mas também emerge como um espaço de resistência, onde manifestações culturais afro-brasileiras e populares reafirmam o pertencimento e a luta por direitos. Portanto, a história dessa região, embora marcada por exclusões, também é um testemunho da capacidade das populações periféricas de reivindicarem seus espaços e moldarem suas próprias narrativas, desafiando as desigualdades que estruturam o tecido urbano brasileiro.

Figura 1: ZN vista por cima em 1976



Figura 2: Planta livro Santos Obras 74/79, Prefeitura Municipal de Santos.



Partindo desse contexto histórico e social, a pesquisa pretende investigar como as políticas públicas de combate ao racismo e promoção de uma educação antirracista – em especial as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 – impactam a realidade desses estudantes. A análise se fundamenta nos princípios freireanos de emancipação e consciência crítica, nos quais Paulo Freire (1987) sustenta que o oprimido deve liderar sua libertação, desenvolvendo uma leitura crítica da realidade para superar a opressão.

Embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegure a educação como um direito universal e fundamental, na prática, a realidade educacional brasileira é marcada

por desigualdades estruturais, especialmente para os estudantes que pertencem ao grupo “PPP” (pretos, pobres e periféricos). Como educador formado em pedagogia e especialista em Gestão da Educação Pública, a experiência no magistério e na gestão escolar evidencia que, em grande parte, esses jovens enfrentam barreiras sociais, econômicas e culturais que limitam suas perspectivas acadêmicas e profissionais. Essa realidade é agravada pela perpetuação de desigualdades raciais historicamente instituídas, como aponta Almeida (2021), ao destacar a racialização como um conceito relacional e histórico, que emerge a partir da colonialidade e da expansão mercantilista europeia, isto é, o racismo foi imposto pela branquitude, que detém historicamente de certos privilégios que ao longo dos séculos implementou como padrão de cultura, tudo aquilo que advinha dos europeus, colocando como subalterno, tudo o que era ou é destoante daquilo que diverge do conceito europeu. Pinheiro, em seu livro *“Como ser um Educador Antirracista”*, conceitua de maneira profunda e objetiva o termo *“branquitude”*, que é muito utilizado para abordar questões como racismo estrutural e privilégios em nossa sociedade.

“O termo branquitude não se refere às pessoas em suas singularidades; trata-se de uma categoria social, que se refere a um lugar de vantagens simbólicas, subjetivas e materiais disponíveis para as pessoas identificadas como brancas em uma sociedade onde o racismo é estrutural. Essa identificação no Brasil é fenotípica, ou seja, se dá pela estética, e não pela constituição genética (genótipo)”. (PINHEIRO, p. 27, 2023).

Para ela, se uma pessoa, fruto de um relacionamento inter-racial, ou seja, filho(a) de uma mãe branca e um pai negro, ou vice e versa, e sua estética não leva você a receber um baculejo semanal da polícia, se ela não faz você ser seguido no shopping, se ela não faz você perder um emprego por “ausência de boa aparência”, se ela não eleva à décima potência o seu risco de ser encarcerado ou morto, se ela não faz as pessoas durante a sua vida o reconhecerem como alguém menos bonito e inteligente: você não é uma pessoa lida como negra no Brasil, fazendo com que, mesmo havendo uma ancestralidade e uma ligação com a diáspora africana, se seu fenótipo é lido como não negro, você ainda consegue ter uma certa acessibilidade social, porém, acaba por promover um certo apagamento identitário do povo preto. Ademais, os desafios enfrentados por esses estudantes estão diretamente relacionados à herança de uma estrutura social baseada no racismo, conforme evidenciado por Ribeiro (2019), que

aponta para a permanência da mentalidade "casa-grande e senzala" como um dispositivo de manutenção das desigualdades. Essa estrutura perpetua um ciclo de exclusão, reforçando narrativas de inferioridade que impactam as subjetividades e as trajetórias de jovens negros e pardos.

O conceito de branquitude abordado por Pinheiro (2023) é essencial para compreender as dinâmicas de poder em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, como o Brasil. A compreensão da branquitude como uma posição de privilégio simbólico, subjetivo e material desafia a naturalização das vantagens atribuídas às pessoas brancas e evidencia como o racismo opera para sustentar desigualdades. Nesse contexto, a ausência de vivências de discriminação racial, como as citadas por Pinheiro, não é apenas um indicativo de privilégio, mas também uma lente que revela o apagamento identitário e os desafios enfrentados por grupos racializados.

Na esfera educacional, essa discussão é central, pois a escola é um espaço onde as desigualdades raciais são tanto refletidas quanto reproduzidas. Dialogar sobre preconceito e discriminação na sala de aula exige um enfrentamento direto das narrativas hegemônicas que sustentam essas desigualdades. Isso significa questionar as estruturas que invisibilizam as contribuições dos povos negros e indígenas e desafiar práticas pedagógicas que reforçam estereótipos. A educação, portanto, deve ser entendida como uma ferramenta transformadora capaz de promover a desconstrução de preconceitos e o reconhecimento das potencialidades e identidades de todos os estudantes.

Nesse sentido, o diálogo educacional é indispensável, pois possibilita um espaço de reflexão crítica sobre os conceitos de preconceito, discriminação e privilégio. Freire (1996) argumenta que *"não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens"* (p. 103). Essa perspectiva humanizadora fundamenta a prática pedagógica voltada para o respeito à diversidade e para a construção de uma sociedade mais justa. O diálogo não apenas desvela as dinâmicas de opressão, mas também cria oportunidades para a transformação das subjetividades e relações sociais. Complementando essa visão, Bell Hooks (1994) enfatiza a importância da educação como prática de liberdade, destacando que *"a educação como prática de liberdade é um ato de transgressão"* (p. 12). A transgressão, nesse contexto, consiste em desafiar as estruturas de poder que sustentam o racismo e criar um ambiente educacional onde todas as vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Por fim, trazer para o ambiente escolar debates sobre branquitude, preconceito e discriminação é um passo essencial para a construção de uma educação antirracista. Como Mbembe (2016) aponta, "*o futuro do pensamento humano está na capacidade de abolir as hierarquias raciais e imaginar uma humanidade comum*" (p. 15). Nesse cenário, a educação desempenha um papel crucial, sendo não apenas o espaço de reprodução das estruturas sociais, mas também o campo de resistência e reinvenção.

A promoção de um diálogo educacional que aborde conceitos como **preconceito**, **discriminação** e **racismo** é essencial para desmistificar essas construções e provocar uma ruptura no pensamento discriminatório. Nucci (2008) ressalta que a discriminação, derivada do latim **discriminare**, implica divisão e hierarquização, gerando consequências sociais nefastas e, por vezes, trágicas, como evidenciado na história por eventos como a escravidão e o holocausto.

Por fim, ao problematizar as relações raciais no contexto escolar, pretende-se promover uma reflexão crítica entre os estudantes, situando a história do racismo no Brasil como parte integrante da formação da sociedade contemporânea. Tal abordagem visa contribuir para a construção de uma educação transformadora e emancipatória, que reconheça e combata as desigualdades estruturais ainda presentes no cenário educacional brasileiro.

Os estudantes da EE. Prof. Francisco Meira, assim como a maior parte dos estudantes das áreas periféricas, possuem o fenótipo daqueles que ao longo da história são marginalizados por uma sociedade que ainda nos tempos de hoje, herda a visão dos colonizadores de hierarquização racial, ou seja, são pretos e pardos e, ironicamente, por assim dizer, residem em regiões periféricas. Estes estudantes herdaram a marca da injustiça em seus corpos e, em decorrência disto, seu ponto de partida na corrida por ascensão social está abaixo daqueles que são privilegiados pela cor de sua pele, mesmo que compartilhem a mesma localidade de moradia e o mesmo nível socioeconômico.

A realidade dos estudantes negros e pardos das áreas periféricas, como a da EE. Francisco Meira, ilustra a persistência de desigualdades históricas que atravessam gerações. Essas desigualdades não são meramente econômicas, mas também simbólicas e estruturais, resultantes de um legado colonial que hierarquizou os corpos e as vidas humanas com base em critérios raciais. Como destaca Almeida (2019), o racismo estrutural opera na construção de privilégios e na exclusão de grupos racializados, impactando diretamente o acesso à educação, ao mercado de trabalho e à mobilidade social.

No contexto educacional, a intersecção entre raça e território reforça um ciclo de exclusão. Estudantes negros e pardos de áreas periféricas enfrentam barreiras que vão desde a falta de recursos nas escolas até as baixas expectativas de sucesso projetadas sobre eles. Como aponta Carneiro (2005), a negação da igualdade racial no Brasil não é apenas um reflexo de atitudes individuais, mas uma estratégia de manutenção de privilégios. Essa estratégia se manifesta nas disparidades educacionais que resultam em oportunidades desiguais e limitam a capacidade desses jovens de competir em igualdade de condições com seus pares brancos.

Além disso, a invisibilização das contribuições históricas e culturais dos povos negros no currículo escolar reforça sentimentos de alienação e desvalorização entre esses estudantes. Para Freire (1996), uma educação verdadeiramente emancipadora deve valorizar os saberes e as vivências dos oprimidos, possibilitando-lhes não apenas resistir, mas também ressignificar suas trajetórias. Nesse sentido, o papel do educador antirracista é fundamental na construção de uma pedagogia que combata preconceitos e valorize as identidades raciais. Por outro lado, não se pode ignorar a força e a resistência desses jovens. Hooks (1994) ressalta que a educação tem o poder de ser um ato de transgressão, uma ferramenta de transformação que permite a reconfiguração das relações de poder. Quando os estudantes negros e pardos das periferias têm acesso a uma educação que reconhece sua humanidade e valoriza suas potencialidades, eles não apenas rompem barreiras, mas também se tornam protagonistas na luta por uma sociedade mais equitativa.

Enfrentar as desigualdades raciais na educação exige um compromisso com políticas públicas que promovam a equidade, a representatividade e a valorização das identidades racializadas. Como pontua Ribeiro (2019), *“a luta antirracista deve ser coletiva, pois é a única forma de dismantelar estruturas de poder que excluem e marginalizam”*. Apenas com ações afirmativas e práticas pedagógicas antirracistas será possível transformar a escola em um espaço de justiça social e de valorização da diversidade.

JUSTIFICATIVA: DA RELEVÂNCIA DO LUGAR DE FALA ÀS ACADÊMICAS E SOCIAIS

Historicamente, a construção do padrão eurocêntrico de superioridade posicionou o homem branco como o modelo ideal de humanidade. Essa hierarquização social e cultural, ancorada em valores colonialistas, relegou populações negras a um status de inferioridade, subalternidade e desumanização, legitimando práticas de exclusão e opressão. De acordo com Almeida (2021), essa supremacia branca, perpetuada através de sistemas estruturais, continua a moldar as relações sociais, econômicas e educacionais no Brasil, impactando profundamente a identidade e as perspectivas de ascensão social das populações negras.

O Brasil, último país do Ocidente a abolir formalmente a escravidão, carrega os resquícios de séculos de racismo estrutural, refletidos na segregação espacial, na desigualdade de oportunidades e no acesso desigual a bens e serviços essenciais, incluindo a educação. Como destaca Ribeiro (2019), o racismo opera como um mecanismo de silenciamento e exclusão, impedindo que as vozes negras sejam ouvidas e reconhecidas em diversos espaços, inclusive na academia e nas instituições de ensino básico.

Nesse contexto, a autoaceitação e a construção de uma identidade positiva para o povo negro enfrentam barreiras históricas e sociais. A branquitude, enquanto padrão de beleza, inteligência e valor, impôs aos negros um sentimento de vergonha, que persiste devido à estigmatização de suas características físicas e culturais. Essa dinâmica, conforme Mbembe (2018), resulta de um processo contínuo de desumanização, no qual o corpo negro é transformado em objeto e o trabalho braçal é naturalizado como destino do negro no Brasil.

A relevância desta pesquisa reside, portanto, na análise das problemáticas da racialização dos estudantes da EE Prof. Francisco Meira, localizada na Zona Noroeste de Santos, uma região marcada por desigualdades sociais e econômicas, onde o racismo estrutural se manifesta de forma aguda. A proposta de investigar as identidades e projeções sociais dos jovens negros dessa comunidade está alinhada com a necessidade urgente de promoção de uma educação antirracista que os capacite a compreender as dinâmicas sociais que restringem suas oportunidades e a exercer plenamente seu lugar de fala.

Conforme a Lei 11.645/2008, o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é um mecanismo essencial para o enfrentamento do racismo e a

valorização da diversidade cultural. No entanto, a implementação dessa lei ainda enfrenta desafios significativos, uma vez que as práticas pedagógicas muitas vezes reforçam uma visão eurocêntrica e homogênea da cultura brasileira (BRASIL, 2008). Como sugere Freire (1987), a educação precisa ser um instrumento de emancipação, capaz de questionar as estruturas de poder e promover a transformação social.

Figura 3: Imagem aérea das invasões da Zona Noroeste de Santos, acervo Página da ZN



A Zona Noroeste de Santos, onde se localiza o maior complexo de favelas em palafitas do Brasil, o Dique da Vila Gilda, exemplifica as consequências do racismo estrutural no território. Dados do IBGE (2010) mostram uma concentração significativa da população negra nas áreas periféricas e de maior vulnerabilidade social da cidade, enquanto a população branca ocupa predominantemente as regiões centrais e economicamente mais privilegiadas. Essas desigualdades espaciais refletem e reforçam o racismo estrutural, que nega aos negros o acesso a espaços de poder e prestígio.

Ademais, o contexto de violência policial nas periferias, frequentemente legitimada pelo Estado, evidencia como o racismo opera em sua face mais brutal. A Operação Verão de 2024, marcada pela morte de 45 pessoas negras em apenas 40 dias, é um exemplo de como a necropolítica, conceito desenvolvido por Mbembe (2018), atua sobre corpos negros, reforçando o ciclo de opressão e exclusão.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no ano de 2010 publicou a distribuição da população negra e branca santista, por áreas geográficas, conforme segue abaixo:

Tabela 1: Distribuição da população negra e branca santista, pelas áreas geográficas

Distribuição da população negra e branca santista, pelas áreas geográficas

| Área | População | Total Nº | %P | Branco Nº | % | %P | Negro Nº | % |
|--------------------------|-----------|-------------|------|--------------|------|------|-------------|------|
| Orla Marítima | | 178.987 | 51,3 | 155.433 | 86,8 | 21,0 | 23.554 | 13,2 |
| Área Central e Portuária | | 120.383 | 29,6 | 89.474 | 74,3 | 27,6 | 30.909 | 25,7 |
| Morros | | 29.551 | 4,7 | 14.356 | 48,6 | 13,6 | 15.195 | 51,4 |
| Zona Noroeste | | 82.651 | 13,9 | 42.005 | 50,8 | 36,3 | 40.646 | 49,2 |
| Área Continental | | 2.833 | 0,4 | 1.315 | 46,4 | 1,4 | 1.518 | 53,4 |

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2010).
 Legenda:
 %P = percentual da população branca e da população negra do município residente na área.
 % = percentual da população branca e negra em relação à população total da área.

Fonte: IBGE 2020

Após analisar a tabela acima, percebe-se que nas áreas mais ricas da cidade, sendo elas a Orla Marítima e a Região Central, onde o comércio é pujante, e onde a cultura, gastronomia e pontos históricos atraem turistas e movimentam parte da economia local, concentram a maior parte da população branca da cidade, enquanto a região dos Morros, Área Continental e a Zona Noroeste concentram a maior parte da população negra. Coincidentemente, essas são as áreas mais pobres, com os maiores índices de violência e com maior intervenção policial.

Apenas para ilustrar acerca das intervenções policiais (que sempre são violentas), nas periferias da baixada santista, em fevereiro de 2024, após a morte de um policial da ROTA (equipe de elite da polícia militar paulista), que ocorreu durante uma patrulha na Zona Noroeste da cidade de Santos, a pedido do então governador do Estado, Tarcísio de Freitas e capitaneada pelo Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, a polícia militar instaurou a “Operação Verão”, que somou 45 mortos em quarenta dias, sempre alegando agir em legítima defesa. No entanto, a corregedoria da polícia e o ministério público, abriram uma investigação para apurar as mortes, uma vez que, muitas vítimas não tinham sequer, ficha criminal. Curiosamente, todas as vítimas eram negras. Muitas testemunhas que presenciaram alguns dos assassinatos, alegaram que as vítimas foram assassinadas de forma arbitrária. Infelizmente este tipo de ação ocorre de maneira corriqueira nas comunidades Brasil a fora, mesmo assim, para o poder público, o peso de fala das testemunhas é ínfimo e muitas vezes não tem peso algum e são descartados por aquele que deveriam proteger a comunidade dando-lhes voz. Para corroborar com esta afirmação, trago o exemplo de Edneia Fernandes Silva, mulher preta, mãe de seis filhos, assassinada pela polícia com um tiro na cabeça. Na versão apresentada pela polícia, houve uma troca de tiros entre os

policiais e dois supostos bandidos que fugiram em uma moto, aparentemente roubada. No entanto, uma amiga de Edneia que não quis se identificar e estava com ela na ocasião, apresentou um relato, completamente diferente do apresentado pela polícia. Isso tudo ocorreu em 27 de março de 2024, até então, a mídia e a polícia não tocam mais neste assunto. Esta mulher foi mais uma vítima da violência que o povo preto sofre ao longo de séculos.

Todos os fatos acima, são fortes evidências que a academia, movimentos populares e a sociedade civil organizada, precisam urgentemente abordar com mais vigor sobre a importância de uma educação antirracista, afinal, vivemos em um país que vergonhosamente, foi o último a abolir a escravidão e, fantasiosamente diz não existir racismo e que, quando este ocorre, trata-se apenas de casos isolados.

"A violência policial é uma das faces mais visíveis do racismo estrutural no Brasil. Ela não é um fenômeno isolado, mas um reflexo histórico de um país que construiu suas instituições com base na exclusão e na opressão das populações negras e periféricas" (Almeida, 2019, p. 75).

A citação de Silvio Luiz de Almeida ilustra adequadamente o texto, pois evidencia como a violência policial está intrinsicamente ligada ao racismo estrutural que permeia as instituições brasileiras. Os eventos descritos, como as mortes na “Operação Verão” e o assassinato de Edneia Fernandes Silva, reforçam a tese de que tais práticas são normalizadas em um sistema que historicamente desumaniza corpos negros. Ao tratar da invisibilização das denúncias e da negação oficial do racismo, o texto dialoga com a análise de Almeida, que destaca a reprodução sistêmica da violência racial como um problema institucional e histórico. Assim, a urgência de uma educação antirracista, apontada no texto, torna-se uma resposta necessária para desconstruir narrativas que perpetuam a opressão e para criar mecanismos de resistência e transformação social.

Uma das falas da escritora Djamila Ribeiro, em seu livro *“Pequeno Manual Antirracista”*, onde ela fala sobre a importância de se escutar o próximo como uma ação de conscientização para combater as opressões do racismo, nos leva a uma importante reflexão sobre empatia. Ela diz:

“Dessa forma, é fundamental que pessoas brancas compreendam os mecanismos pelos quais o racismo opera, pois podem reproduzi-los acreditando estarem imunes por terem um marido, uma esposa ou um filho

negro. Estar atento ao que a pessoa negra da família relata é um passo muito importante. Fala-se muito em empatia, em colocar-se no lugar do outro, mas empatia é uma construção intelectual, ética e política. Ao amar alguém de um grupo minorizado, deve-se entender a condição do outro, para que se possa, de fato, assumir ações para o combate de opressões das quais a pessoa amada é vítima. É uma postura ética: questionar as próprias ações em vez de utilizar a pessoa amada como escudo. A escuta, portanto, é fundamental. (Ribeiro, 2019, p. 90-91).

O posicionamento que tomamos frente ao racismo é fator preponderante para que possamos execrá-lo efetivamente de nossa sociedade. Assim sendo, tratar o assunto racismo precisa deixar de ser um *taboo*, sobretudo nas escolas de educação básica. Em nosso país temos mecanismos legais que visam garantir a execução de uma educação antirracista, sendo ele a lei 11.645/2008, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas do país. No entanto, o fator de haver uma legislação específica para tal finalidade, infelizmente não é garantia de que na prática as escolas efetivamente cumprem à risca o ensino da cultura afro-brasileira e indígena, uma vez que, os casos de racismo são recorrentes nos noticiários de todo o país e, de certa forma, a intolerância religiosa ainda é uma crescente, sobretudo, quando falamos das religiões de matriz africana.

A ideia veiculada na escola de um Brasil sem diferenças, formado originalmente pelas três raças – o índio, o branco e o negro – que se dissolveram dando origem ao brasileiro, também tem sido difundida nos livros didáticos, neutralizando as diferenças culturais e, às vezes, subordinando uma cultura à outra. Divulgou-se, então, uma concepção de cultura uniforme, depreciando as diversas contribuições que compuseram e compõe a identidade nacional (Brasil, 1998;126).

Nesse cenário, o letramento racial torna-se uma ferramenta indispensável para a promoção de uma educação antirracista. Como aponta Ribeiro (2019), o racismo só pode ser efetivamente combatido por meio de uma conscientização crítica que inclua tanto negros quanto brancos. Para os jovens negros, em particular, é fundamental reconhecerem sua historicidade e identidade como elementos de resistência e transformação social.

Por fim, esta pesquisa contribui academicamente ao denunciar as mazelas sociais sofridas pela juventude negra e ao propor caminhos para a superação dessas desigualdades. A partir da valorização das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar, busca-se romper com a lógica colonialista que ainda prevalece na educação brasileira e promover uma sociedade mais equitativa. Como pontua Ribeiro (2021), o lugar de fala é uma prática política que visa reconfigurar as relações de poder, garantindo voz e existência aos grupos historicamente silenciados.

1 CAPÍTULO 1

REFLEXÕES SOBRE O RACISMO ESTRUTURAL NO CONTEXTO PEDAGÓGICO.

Levando em consideração todos os aspectos mencionados anteriormente, neste capítulo conceituaremos o racismo estrutural e o problema da identidade social nas pesquisas em educação, para entendermos quais mecanismos estão estruturados em nossa sociedade e que corroboram ou não para a construção da identidade social da população negra. Neste capítulo inicial, além de conceituarmos os processos que compõem a construção da identidade social de um grupo e ou indivíduo, também definiremos o racismo estrutural no Brasil, que pode ser caracterizado como um fenômeno discriminatório inserido na estrutura de uma sociedade e que, conseqüentemente é replicado pelas instituições e nas formações políticas, econômicas e jurídicas da sociedade. Podemos dizer que no Brasil o racismo ocorre estruturalmente de forma velada, ou seja, muitas vezes ele não ocorre de maneira escancarada, pelo contrário, muitas vezes ocorre de maneira implícita, porém, está ali, entranhado, difícil de ser superado ou até mesmo superado. Em sua obra: “O negro no mundo dos brancos”, Florestan Fernandes fala sobre o preconceito de não ter preconceito, para ele, o que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do preconceito de cor é a tendência a considerá-lo algo ultrajante para quem sofre e degradante para quem o pratique (FERNANDES, 2007). Essa fala de Florestan vem ao encontro com as ideias do Professor Silvio Almeida:

“Entretanto, para as visões que consideram o racismo um fenômeno institucional e/ou estrutural, mais do que a consciência, o racismo como ideologia molda o inconsciente. Dessa forma, a ação dos indivíduos, ainda que conscientes, “se dá em uma moldura de sociabilidade dotada de constituição historicamente inconsciente”. Ou seja, a vida cultural e política no interior da qual os indivíduos se reconhecem enquanto sujeitos autoconscientes e onde formam os seus afetos é constituída por padrões de clivagem racial inseridos no imaginário e em práticas sociais cotidianas. Desse modo, a vida “normal”, os afetos e as “verdades” são,

inexoravelmente, perpassadas pelo racismo, que não depende de uma ação consciente para existir.” (ALMEIDA, 2021, p. 64).

A partir desta reflexão, podemos perceber que o racismo estrutural está impregnado no subconsciente da sociedade brasileira, o que corrobora para sua plena aceitação em nosso meio, uma vez que muitos reconhecem o racismo, porém, não se reconhecem praticando-o. Entretanto, o racismo está presente nos costumes, em gestos conscientes ou inconscientes que foram aprendidos e inseridos no cotidiano. Atitudes essas, que devido muitas vezes serem sutis e diferentes de outras formas de manifestações mais evidentes, tornam a sua manifestação de difícil percepção o que alimenta a ideia de “mito de democracia racial brasileira”, havendo, dessa forma, uma grande dificuldade na aceitação dessa sociedade ser racista e, ampliando a dificuldade do grupo de pessoas pretas e pardas construírem sua identidade social, sendo muitas vezes privados de cognitivamente reconhecerem situações em que sofreram racismo ou foram vítimas de algum tipo de preconceito por conta de sua cor e posição social, em decorrência de inconscientemente normalizarem certas ações impostas por uma sociedade com os padrões formatados para atender as ideologias criadas pelo homem branco. A importância de se conhecer o racismo estrutural e sobretudo o problema da identidade social nas pesquisas em educação, ajudará na compreensão dos mecanismos condicionantes para a inserção de uma educação antirracista no lócus de pesquisa.

Figura 4: Morro do Saboó, Zona Noroeste de Santos, acervo: Página da ZN



Haja vista toda informação supracitada em relação ao racismo estrutural e relacionando-o ao contexto pedagógico, podemos dizer que o racismo foi naturalizado de tal modo nas instituições de ensino que, muitas vezes, em decorrência à visão de que a educação é transformadora e emancipadora, muitas vezes, a falta de traquejo pedagógico em combater o racismo, nossas escolas acabam se tornando locais de reprodução do racismo. Para romper este ciclo, é necessário que a educação seja pensada como um projeto político, sobremaneira, por entender que a educação é política. Tendo como proposta, trabalhar no contexto escolar as questões de raça e cor e, ensinando aos estudantes o pertencimento à certas práticas culturais, por meio das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Ao afirmar que a educação, por sua natureza política, deve atuar como ferramenta transformadora, o texto sugere que as escolas precisam transcender sua função tradicional para se tornarem espaços de desconstrução do racismo e de promoção da equidade racial. Contudo, sem a formação adequada e sem a implementação efetiva das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, essas iniciativas tendem a se restringir ao plano teórico, falhando em gerar mudanças reais. Essa discussão se conecta ao problema filosófico da ansiedade estrutural, uma condição que emerge em sociedades marcadas por desigualdades profundas e que afeta tanto os sujeitos oprimidos quanto os que, mesmo involuntariamente, participam da manutenção dessas estruturas. No ambiente escolar, a ansiedade estrutural pode se manifestar na forma de desconforto ao abordar temas como racismo e pertencimento, no receio de "errado" ao trabalhar a diversidade, ou mesmo no silêncio diante das injustiças.

1.1 O problema filosófico do racismo estrutural

Antes de entrarmos nas questões estruturantes do racismo à brasileira, forma que iremos tratar o racismo nesta pesquisa, haja vista de que o processo de preconceito racial no Brasil e sua forma sistêmica é *sui generis*, não tendo similaridade alguma com outros modelos de Racismo ao longo da história. Para trazermos embasamento para esta fala, é importante classificarmos alguns modelos de racismo, para fazermos um paralelo ao que acontece em nosso país. Nos Estados Unidos da América, ocorre algo conhecido como Leis de Jim Crow, que basicamente, legalizou o racismo antinegro e a segregação racial nos Estados Unidos, desde 1877 até a metade dos anos 1960. O sistema

segregacionista trouxe terror, violência e humilhação à comunidade afro-americana por mais de setenta anos no país. De influências racistas, ele acentuou as desigualdades raciais, o que acarreta violações aos direitos dessa população até os dias de hoje. Ou seja, nos Estados Unidos o racismo e a segregação racial era algo legalizado, escancarado para a sociedade. De modo similar, na África do Sul, com o Regime do Apartheid, ou "desenvolvimento separado das raças" em afrikaner, sistematizou, a partir do ano de 1948, a segregação praticada desde o século XVII pelos primeiros colonos holandeses, onde a população era classificada em quatro categorias: brancos, negros, mestiços e indianos, dos quais, os brancos dominavam os melhores locais na sociedade, ocupando 87% do território, enquanto os negros precisavam de uma carteira de identidade apontando os locais em que eles poderiam frequentar. Já no Brasil, existe o racismo de marca, isto é, se porventura um indivíduo fisicamente tem estereótipo e traços de uma pessoa branca, independentemente de sua origem étnica, socialmente, ele será classificado como branco. O que torna o Brasil em uma democracia racial, que é explicado socialmente e economicamente, bastando o indivíduo ter recursos financeiros. Um exemplo prático disto é, Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé, ícone do futebol e um homem negro, no entanto, bem-sucedido no esporte, considerado o atleta do século, mesmo sendo negro, ele era reconhecido e prestigiado no mundo todo, porém, em contrapartida, um homem negro e sem dinheiro, jamais terá a possibilidade de ascender socialmente. Segundo o Professor Kabengele Munanga, o racismo à brasileira é um crime perfeito, pois ele é silencioso e invisível, o que dificulta a identificação de quem de fato é racista, portanto, um crime perfeito.

Um grande crítico sobre a mitologia da democracia racial, foi o Professor e sociólogo Florestan Fernandes (2007), autor de pesquisas sobre a situação do negro no mundo do branco e a inserção do negro na sociedade. No texto abaixo (FERNANDES 2007), discute sobre a “democracia racial” e fala sobre como essa ideologia termina por justificar a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos:

A ideia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das ‘grandes famílias’ – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão do ‘mulato’. 27 No entanto, mau grado a extensa variabilidade do fenômeno ao longo do tempo e do espaço, tomou-se a miscigenação como índice de integração social e como sintoma, ao mesmo tempo, de fusão e de

igualdade raciais. Ora, as investigações antropológicas, sociológicas e históricas mostraram, em toda parte, que a miscigenação só produz tais efeitos quando ela não se combina a nenhuma estratificação racial. No Brasil, a própria escravidão e as limitações que pesavam sobre o status do liberto convertiam a ordem escravista e a dominação senhorial em fatores de estratificação racial. Em consequência, a miscigenação, durante séculos, antes contribuiu para aumentar a massa da população escrava e para diferenciar os estratos dependentes intermediários, que para fomentar a igualdade racial. Por isso, à miscigenação corresponderam mecanismos mais ou menos eficazes de absorção do mestiço. Daí o paradoxo curioso. A mobilidade eliminou algumas barreiras e restringiu outras apenas para aquela parte da ‘população de cor’ que aceitava o código moral e os interesses inerentes à dominação senhorial. Os êxitos desses círculos humanos não beneficiaram o negro como tal, pois eram tidos como obra da capacidade de imitação e da ‘boa cepa’ ou do ‘bom exemplo’ do próprio branco. Os insucessos, por sua vez, eram atribuídos diretamente à incapacidade residual do ‘negro’ de igualar-se ao ‘branco’[...] No contexto histórico surgido após a Abolição, portanto, a ideia da ‘democracia racial’ acabou sendo um expediente inicial (para não se enfrentarem os problemas decorrentes da destituição do escravo e da espoliação final de que foi vítima o antigo agente de trabalho) e uma forma de acomodação a uma dura realidade (que se mostrou com as ‘populações de cor’ nas cidades em que elas se concentraram, vivendo nas piores condições de desemprego disfarçado, miséria sistemática e desorganização social permanente). (FERNANDES, 2007, p. 43-47, adaptado).

Um dos grandes desafios da atualidade é desmistificar a questão da democracia racial, apoiada na falsa e pretensiosa ideia de que somos um povo miscigenado e, portanto, não há racismo no Brasil. A aplicabilidade de uma educação antirracista a partir de políticas de ações afirmativas e o ensino da cultura e da história afro-brasileira e africana, somada pelos estudos e pesquisas voltados à compreensão de como se configuram as relações raciais no Brasil e do racismo estruturante dessas relações, assim como pelos atos internacionais de combate ao racismo, dos quais o Brasil é signatário e o qual, registra tímidos, mas importantes avanços para consolidar a oferta de uma educação antirracista.

Para entendermos o conceito de racismo estrutural no Brasil, é necessário fazer uma breve reflexão do que ocorreu em tempos passados, uma vez que, a partir do século XVI até o século XIX, foi instituída a escravidão e, deste momento em diante, o povo

preto foi arrancado de seu continente pelos europeus para serem escravizados em terras estrangeiras, por um povo que se julgava superior. Os três séculos de escravidão no país, situação que só teve fim por conta da resistência dos negros escravizados, bem como ao interesse econômico internacional, deixaram um abismo de desigualdade em todas as estruturas de poder no Brasil. Essa disparidade que a escravidão deixou, até os dias de hoje, dita e determina as relações econômicas, sociais, culturais e institucionais do país, deixando o povo preto quase na mesma situação social e econômica dos tempos de escravidão.

Após a abolição em 1888, as pessoas negras por meio da Lei 601, de 18 de setembro de 1850, foram proibidas de terem acesso a terras, forçando-os a permanecerem nas fazendas, trabalhando sem condições, sem algum tipo de restituição financeira pelos anos de trabalho forçado e sem um planejamento de acolhimento para minimizar os impactos sociais decorrentes de uma vida regada à açoites e toda sorte de mazelas a eles impostas.

“O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais e, portanto, incompletos de conceber o racismo. Em suma [...] as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.” (ALMEIDA, 2021, p. 21).

Sendo assim, pode-se entender que o racismo estrutural é a somatória de ações de desigualdade, violência e institucionais historicamente inseridas em uma sociedade que, de maneira recorrente, favorece um conjunto de raças em detrimento de outras. O termo é utilizado como reforçador que evidencia o fato de que existem sociedades que carregam em sua base estruturante o racismo, que privilegia os brancos e desfavorece os negros, pardos e os povos originários ao longo de séculos.

Pode-se dizer também que o racismo nos tempos atuais, diferentemente do período de escravidão, não é necessariamente a violência direta a alguém. Pode ser uma discriminação, preconceito, no entanto, perpassa estes itens. Na realidade, está mais ligada a uma opressão que estrutura e fundamenta a sociedade e forma a subjetividade dos indivíduos. Esta subjetividade é uma estrutura de produção de indivíduos, sendo um conceito tão concreto como as relações econômicas. O racismo é uma forma de

racionalidade, normalização e compreensão das relações. Ele constitui as ações conscientes e inconscientes e podemos dizer que ele é estrutural em três dimensões:

- 1- Econômica;
- 2- Política;
- 3- Subjetividade.

ALMEIDA (2019), em sua obra “*Racismo Estrutural*”, oferece uma base teórica para compreender o racismo como um fenômeno que transcende a discriminação individual, destacando que ele está profundamente enraizado nas estruturas econômicas, políticas e culturais da sociedade. Almeida argumenta que o racismo estrutural não se limita a ações intencionais de indivíduos, mas opera como uma lógica que organiza as relações sociais e molda subjetividades. Ele afirma:

O racismo estrutural é aquele que conforma o funcionamento das instituições e relações sociais, estruturando desigualdades de acesso, de oportunidades e de poder a partir de marcadores raciais. (Almeida, 2019, p. 41).

A citação apresentada está alinhada com o pensamento de Almeida ao destacar que o racismo nos tempos contemporâneos não se manifesta apenas como violência direta ou discriminação explícita, mas como uma racionalidade que organiza e fundamenta as relações sociais, econômicas e políticas. A ideia de que o racismo é uma forma de produção de subjetividades é central para entender como ele opera de maneira naturalizada e sistêmica, perpetuando desigualdades sem a necessidade de ações deliberadas e conscientes por parte dos indivíduos. As dimensões econômica, política e subjetiva citadas reforçam que o racismo não é apenas uma questão moral ou cultural, mas uma engrenagem que sustenta o funcionamento da sociedade. Na dimensão econômica, ele se expressa na exclusão histórica da população negra do mercado formal e no acesso desigual a bens e serviços. Politicamente, manifesta-se nas políticas públicas que reforçam desigualdades ou na falta de representação de pessoas negras em espaços de poder. No campo da subjetividade, o racismo estrutura formas de pensamento que hierarquizam os indivíduos, naturalizando a desigualdade como parte da ordem social.

Portanto, compreender o racismo como uma racionalidade estruturante implica reconhecer a necessidade de desestabilizar essas dimensões interligadas. Essa

abordagem desafia o mito da democracia racial e propõe que a luta antirracista deve ir além de mudanças individuais, alcançando transformações estruturais e subjetivas. Tal perspectiva exige, como afirma Almeida, um compromisso ético e político com a desconstrução de paradigmas que sustentam as opressões raciais e moldam a vida social.

Econômica porque o grupo social mais afetado pela carga tributária no Brasil são as mulheres negras. Ou seja, reproduz as condições de desigualdades que colocam as mulheres na base da pirâmide social em decorrência dos baixos salários, consequentemente, as pessoas que recebem menos pagam mais impostos e dentre os negros, as mulheres são as que menos recebem.

Na questão política, a falta de política pública voltadas ao combate ao racismo, perpetua a situação de pobreza e extrema pobreza da população negra no país. Uma política pública antirracista deve ser pensada como diretriz de política econômica no Banco Central e Ministério da Fazenda e Planejamento. Desta forma, falaremos de maneira mais efetiva sobre onde se inicia de fato o verdadeiro combate às desigualdades sociais, pois estas pastas movimentam o valor real e significativo para combater esta disparidade econômica que afeta a população negra no Brasil.

A Subjetividade pode ser entendida como conjunto de ideias e emoções, um espaço íntimo de cada indivíduo, isto é, ela se instala e se funde com sua opinião ao mundo com o qual ele se relaciona socialmente, o que resulta em marcas singulares e em sua formação ao que diz respeito às suas crenças e valores. A violência em qualquer esfera contra a população negra é naturalizada pelo poder público e por parte considerável da população brasileira. A naturalização da falta de pessoas negras ocupando posições de prestígio é um bom exemplo do racismo estrutural em nossa sociedade, ou seja, ele constitui nossas relações e instituições. A naturalização do branco como regra e do negro como exceção, mesmo tendo mais da metade de nossa população composta por pretos e pardos, são construções sociais vivenciados por certos privilégios estruturalmente estabelecidos.

A luta antirracista precisa de uma luta anticapitalista, ou seja, resolvendo as questões econômicas e políticas, a construção da identidade do negro como protagonista de sua história, com acessos e oportunidades reais, fará parte de sua aceitação plena como membro atuante da sociedade, algo que não ocorre na atual conjuntura, pois dificilmente vemos negros no topo de nossa sociedade.

Negros e brancos historicamente construíram a sociedade brasileira de forma problemática, haja vista a relação entre eles no processo de escravização que durou mais de trezentos anos no Brasil. A questão de combate ao racismo trata-se de opção política, segundo o parecer aprovado nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao que se refere a dicotomia negro/branco como se fosse um dado imutável e permanente, não suscetível a controvérsias, nas relações sociais vigentes no país, conforme consta no trecho a seguir:

“Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações, elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas, têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com outras pessoas, notadamente as negras.” (Diretrizes, 2005;16).

A estrutura do racismo em nosso país se deu ao longo dos séculos pela construção equivocada do comportamento dos negros e suas “tendências” degenerativas e compulsões a sexualidade aflorada e a violência em decorrência a uma pseudociência eugenista. No entanto, fica claro a importância dos saberes históricos e culturais sobre os povos africanos e indígenas para o combate ao racismo e a construção e valorização da ancestralidade no processo de identidade cultural e aceitação de nossa real história, os pontos marcantes, equivocados e nebulosos, para que haja efetivamente uma conversão de uma sociedade racista para uma antirracista.

1.2 O problema filosófico da identidade social e consciência de classe.

Em se tratando da questão de identidade, a visão intrínseca herdada de maneira inconsciente, fruto da colonização e a falsa concepção de inferioridade do homem negro em relação ao branco, torna-se muito complexa a aceitação do homem negro quanto a sua origem, história, cultura e estereótipo. Em uma sociedade treinada para normalizar a subalternidade como âmbito do povo preto, enxergar-se como inferior e sem prospecção se torna algo comum, uma vez que, a representatividade do negro em lugares de destaque e prestígio, sobretudo em uma nação que hoje é o local onde se tem mais pretos fora do continente africano, é bem baixa, identificar-se como tal, é sinônimo de

fracasso, especialmente quando o racismo está entranhado na sociedade e as políticas de afirmação estão engatinhando, mesmo após um século sem os grilhões da escravidão.

Portanto, para criar uma identidade, primeiro é preciso compreender quem de fato somos e, a partir disso, nos orgulharmos de nossas raízes, isto é, para se atingir este nível só há um caminho, ou seja, a educação. No entanto, apenas o discurso não será o suficiente para que haja o orgulho de se identificar com sua raça, cor e origem. Na realidade, além do discurso é preciso realizar ações afirmativas e a aplicabilidade da legislação vigente que trata sobre a questão do povo preto e dos povos originários. Somente desta forma o racismo estrutural poderá ser rompido e o sentimento de pertencimento a ancestralidade fortalecido.

A grande dificuldade de se propiciar uma identidade social marcante, ao ponto de desenvolver uma consciência de classe crítica e efetiva é o fato da visão colonialista que está impregnada no subconsciente da sociedade e camuflada nas instituições e que sufoca uma grande parcela da população brasileira, minando sua capacidade de atuar de maneira mais participativa em prol dos direitos de igualdade. Entretanto, alguns movimentos de coletivos que lutam pelos direitos raciais, por meio de uma pressão que é feita de baixo para cima, isto é, uma ação dos movimentos sociais que pressionam o governo e os parlamentares, para que os direitos à acessos, dos quais são fundamentais para uma promoção de educação antirracista e fortalecimento do senso crítico dos estudantes público-alvo desta pesquisa.

Para criar um vínculo afetivo e um sentimento de pertencimento a um grupo étnico, é necessário que haja um conhecimento histórico de suas origens e orgulho de sua ancestralidade. Porém, a questão da construção de pertencimento para o negro no Brasil é algo extremamente complexo, haja vista as razões históricas que culminaram na presença do homem negro nas Américas. O africano escravizado era o principal fator motriz para o trabalho e produto mercantil de valor elevado, totalmente desprovido de suas condições humanas, uma vez que, era tratado como moeda de troca, sem condições de saúde, moradia e alimentação precária, desde sua retirada forçada da África até a maneira que era transportado para o continente americano e a efetiva exploração de sua mão de obra forçada. O negro só tinha uma função, servir seus senhores, fazendo tudo o que eles lhes obrigavam, tendo castigos horríveis para os que eram desobedientes e considerados rebeldes por seus senhores. Após mais de três séculos de escravidão, com o advento da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, Imperador do Brasil, os negros enfim ganharam a liberdade e poderiam ter um trabalho assalariado

e buscar ter uma vida digna, porém, isso não foi exatamente o que ocorreu. Na década de 1870, oficialmente o governo brasileiro organizou a entrada de imigrantes europeus para venderem sua mão de obra. Sendo assim, o negro competia diretamente com os trabalhadores europeus e, na maioria das vezes, não conseguiam empregos, pois os fazendeiros e comerciantes se negavam a pagar salários para os negros e preferiam pagar para os europeus.

Forçados a migrarem para as regiões inóspitas da sociedade, sem saneamento, energia e condições dignas de moradia, a população de escravizados libertos foi jogada a própria sorte, pois não houve um planejamento de acolhimento e oferta de condições para sua subsistência. Foi assim que surgiram as primeiras comunidades que deram origem as favelas. Ficou claro que o interesse de libertação dos escravizados não ocorreu da forma idealizada pelos abolicionistas, uma vez que estes, esperavam que o governo fizesse algum tipo de indenização para reparar as atrocidades cometidas aos negros recém libertos, para que estes, tivessem a oportunidade de recomeçar suas vidas com algum tipo de dignidade. Assim sendo, os escravizados libertos tiveram uma falsa sensação de liberdade, pois, se livraram dos grilhões físicos, porém, ainda eram acorrentados pela fome, doenças e condições desumanas.

Em um contexto como este, jogados às margens de uma sociedade elitista, machistas, preconceituosa e cruel com a população negra, crescer sentindo orgulho de suas origens tornou-se algo muito complexo e muitas vezes inexistentes para os afrodescendentes em nosso vasto e injusto país. Para FANON, 1952, “O homem negro ao tentar se integrar em uma sociedade branca acaba adotando máscaras brancas para esconder sua identidade racial negra”. O homem negro está condicionado a ver o homem branco como superior e deseja ser aceito e até mesmo ser visto como um homem branco. Ao tentar se adequar por esta busca, esta falsa identidade branca, o homem negro acaba se alienando de sua própria identidade racial e, essa alienação acaba sendo um sinônimo de não ser. Não ser civilizado, não ser homem e não ser digno. Não importa o que o homem negro faça ou conquiste. No final do dia, ele será apenas um homem preto. Infelizmente o racismo não tolera a ascensão da população preta, por maiores e mais significativas que sejam suas conquistas.

Diante de uma construção histórica influenciada pelo pensamento eurocêntrico, o qual forjou a visão identitária do homem negro sobre si mesmo, seu processo de identificação racial e social é efetivado a partir do ponto de vista do homem branco e, partindo deste ponto de vista, identificar-se como ser humano capaz, civilizado e

propenso a ascender social, intelectual e economicamente, torna-se algo difícil e ilusório, pois historicamente, o homem negro aprendeu que tais características não pertenciam a suas origens ancestrais. Um exemplo claro disto é a citação de Hegel, onde ele praticamente afasta o negro de sua condição de ser humano, adjetivando-o como um ser de uma espécie inferior:

A principal característica dos negros é que sua consciência não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem encontraria com sua própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. (...) O negro representa como já foi dito, o homem natural selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia de caráter humano. (...) Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos - ou, para ser mais exato, inexistente. (...) Com isso, deixamos a África. Não vamos abordá-la posteriormente, pois ela não faz parte da história mundial; não tem nenhum movimento ou desenvolvimento para mostrar". (HEGEK, 2008, p. 84-88).

Sendo descrito ao longo da história como selvagens, incapazes e como um povo que nunca contribuiu com o desenvolvimento da humanidade, ignorando que o Egito foi uma das civilizações mais desenvolvidas em seu tempo e que ele fica no continente africano, torna-se muito difícil para o negro se orgulhar de suas raízes, uma vez que tudo o que remete a suas origens é visto de forma negativa e pejorativa, torna-se fácil compreender o que levou Fanon a escrever em *“O homem de cor”* : *“Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias tintas, me vem este desejo repentino de ser branco. Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco”*. Compreender o desejo do negro em se embranquecer para ser aceito, de certa forma pode ser compreensível, uma vez que, no processo de sua construção afetiva, as referências de imagem e afetividades negras foram desumanizadas, marginalizadas e hipersexualizadas, além do aprendizado desde cedo a se auto odiar por conta de sua cor, cabelo e traços faciais. Sobretudo no Brasil, onde o racismo ocorre de forma velada e é fator preponderante para todas as dinâmicas e relações. Aqui, racismo não é um recorte, mas sim um fundamento onde nossa sociedade está alicerçada. Sendo assim, o racismo no Brasil não pode ser tratado como algo individual ou isolado, mas sim como estrutura de nossa sociedade e que interfere diretamente na projeção social da população negra.

Quando falamos sobre o desejo do negro ser reconhecido como homem branco, de se relacionar com uma mulher branca, por exemplo, implicitamente, sob influência do seu imaginário construído por um processo histórico de flagelamento de uma raça para projeção de outra dita como superior, o homem negro compreende que ele tem nas pessoas brancas a única possibilidade de humanização ou oportunidade de ascensão social, pois é sobre o acesso, é sobre o que está estabelecido pela branquitude que abre concessões, mas não trata em pé de igualdade, isto é, torna-se apenas uma exceção à regra. Entretanto, um homem negro nunca será um homem branco e a mulher negra, nunca será como uma mulher branca. Porém, socialmente eles serão aceitos pela sociedade e terão uma projeção de ascensão social e econômica jamais imaginada.

Este é um exemplo de como as regras impostas pela branquitude tornam difícil a identificação do negro com suas origens, impedindo-o de construir sua identidade conforme suas raízes ancestrais. Para Fanon, o branco criou o negro.

O branco está convencido de que o negro é um animal; se não pelo tamanho do pênis, é a potência sexual que o impressiona. Ele tem necessidade de se defender deste “diferente”, isto é, de caracterizar o outro. O outro será suporte de suas preocupações e de seus desejos. (FANON, 2008, p. 147).

Se o negro é uma invenção do homem branco, podemos dizer que, se o intuito desta invenção era inferiorizar para posteriormente subjugar o negro, o invento da branquitude deu certo e, após 400 anos de escravidão, o sentimento de inferioridade e as condições sociais do povo negro permaneceram quase que inalteradas. A construção de identidade do negro precisa ocorrer longe da óptica da branquitude e, para tal, há uma necessidade ímpar de trabalhar a valorização dos povos africanos e sua participação no desenvolvimento da humanidade, bem como o papel do negro na construção cultural, social e econômica em nosso país.

O processo histórico e discriminatório que influenciou o sentimento de subalternidade do povo preto no imaginário de nossa sociedade, de acordo com a teoria de desenvolvimento cognitivo de Vygotsky (1986), processos psicológicos se relacionam com o ambiente social e cultural e, partindo deste pressuposto, ele enfatiza que as conexões entre fatores sociais de natureza cultural e histórica com as de natureza interpessoal. Para Vygotsky, a linguagem não é somente um instrumento de comunicação, sendo também um instrumento que tem construído a evolução cultural

dos povos. Sendo assim, as crianças aprendem e internalizam aquilo que se veicula no contexto em que vivem e, especificamente no caso da discriminação, elas aprendem a internalizar as representações racistas. Desta feita, uma vez expostos a esta aprendizagem, o racismo é internalizado e propagado intra e intergerações. Entretanto, é importante ressaltar que este fenômeno ou processo, não é exclusivamente ligado às gerações passadas, ele é um dos problemas centrais que precisam de maneira emergencial ser combatido e desestruturado, tal como os de cunho classistas que são disseminados por ideologias capitalistas que, infelizmente atingem de maneira feroz um único público em nosso país: pretos, pobres e periféricos.

Para se resolver a problemática dificultosa em se construir uma identidade social e racial e para que se tenha nitidamente um pensar crítico, de forma a desenvolver uma consciência de classe que fará com que as crianças negras e de origem pobre consigam sobrepujar as cicatrizes herdadas do período da escravidão que de maneira muito sutil, mascarada e tantas vezes disseminadas como inexistentes em nosso país, bem como as injustiças sociais que forçaram a população negra e seus descendentes a se ajoelharem diante das injustiças sociais e econômicas, sem que estes tivessem escolha, é necessário que haja uma revolução na construção do pensar crítico e que se inicia nas escolas. Segundo (Vygotsky, 1987), *“O aprendizado desperto processos internos de desenvolvimento, que só podem ocorrer quando a criança interage com o ambiente social”*.

Uma vez que a teoria de Vygotsky diz que os processos psicológicos estão ligados ao ambiente social e cultural, é necessário que as experiências de nossas crianças no ambiente escolar sejam eficazes para rechaçar a cultura de subalternização impostas a elas em vários períodos de nossa história e que fazem parte do imaginário de uma parcela significativa de nossa sociedade. É necessário que a cultura e história dos povos que ajudaram a alicerçar nossa sociedade seja contada a partir do ponto de vista dos colonizados e não dos colonizadores, além de valorizar sua cultura e participação no processo evolutivo da humanidade. Há muito o que se aprender com o continente africano que, por séculos foi explorado pelos invasores europeus, além de terem suas contribuições com ciência, medicina, arquitetura, engenharia, literatura e tantas outras áreas negligenciadas.

Quando nossas crianças aprenderem nas escolas sobre a história dos ancestrais africanos, dos povos originários e toda riqueza cultural trazidas em sua diáspora que precisa ser ensinada nas escolas de forma contundente, sem que seja romantizada como

fora ensinado até então. Os docentes precisam aprender isto durante sua formação nos cursos de licenciatura. A formação dos docentes será tão importante quanto as crianças aprenderem e entenderem a história dos construtores de nossa sociedade. Aprender a ensinar é tão importante quanto aprender a aprender. E para que isso ocorra de maneira eficiente e efetiva, o educador precisa ter em mente que, além dele ser um ensinador ele é um agente social e como tal, precisa ter muito claro em sua mente que o extermínio do racismo e preconceito se dá por meio de uma educação emancipadora, crítica, analítica e de qualidade, sendo ele, o grande responsável para que de fato a experiência escolar de nossos estudantes ocorra desta maneira. O grande líder africano Nelson Mandela ensinou que se os homens aprendem a odiar, eles podem aprender a amar. E o aprendizado precisa acontecer com urgência, afinal, nunca foi tão importante quanto agora, proporcionar uma educação antirracista fundamentada no letramento racial e tratar de forma explícita as fragilidades de nossa sociedade.

1.3 O problema filosófico do contexto pedagógico atual frente ao racismo estrutural.

O problema filosófico no contexto pedagógico atual frente ao racismo estrutural pode ser analisado a partir de uma perspectiva ética, crítica e emancipatória. A educação, enquanto espaço de formação cidadã, muitas vezes reflete as contradições de uma sociedade que mantém desigualdades estruturais. Paulo Freire (1996) aponta que a educação deve ser um ato político e libertador, que permita aos sujeitos compreenderem sua realidade para transformá-la. No entanto, a perpetuação do racismo estrutural dentro das instituições de ensino desafia essa emancipação, ao normalizar exclusões e subalternizações históricas.

Segundo Silva (2003), o racismo estrutural não é apenas um conjunto de práticas individuais, mas uma lógica institucional que organiza a sociedade. Esse contexto se reflete na invisibilidade das contribuições afro-brasileiras nos currículos, no tratamento discriminatório a alunos negros e na carência de representatividade em posições de poder no ambiente escolar. Nesse sentido, Bonilla-Silva (2006) argumenta que as ideologias raciais operam como sistemas de manutenção da hierarquia racial, e a educação pode ser tanto um espaço de reprodução dessas ideologias quanto de sua contestação. Para enfrentar o racismo estrutural no campo pedagógico, é necessário adotar uma abordagem decolonial, que valorize saberes plurais e reconheça as epistemologias afro-brasileiras como centrais para a formação de sujeitos críticos.

Grosfoguel (2016) enfatiza que superar as opressões raciais exige uma ruptura com o eurocentrismo, que historicamente configurou a educação como ferramenta de colonização mental e cultural. Dessa forma, uma prática pedagógica transformadora precisa questionar as estruturas de poder e criar um espaço de reconhecimento e empoderamento.

As propostas pedagógicas frente ao racismo estrutural se tornaram subjetivas e muitas vezes ineficazes por falta de preparo dos docentes em apresentar a questão racial de forma crítica e elaborada para a construção de uma educação antirracista, tendo como premissa, uma pedagogia antirracista, com uma agenda étnico-racial com ações educativas que façam frente ao racismo e minem a naturalização desta prática na comunidade escolar.

A grande dificuldade de se implementar uma educação antirracista na atualidade, está muito ligada ao que já fora apresentado até então, sobretudo às sequelas da escravidão, que foi uma doença para a sociedade brasileira, que deixou enraizada nas estruturas institucionais o racismo velado, que segundo MUNANGA, foi um crime perfeito. A inserção da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, é um marco importante nesse debate, mas sua implementação enfrenta desafios ligados à falta de formação docente e resistência cultural. Como enfatiza Munanga (2005), é fundamental que a educação antirracista vá além da inclusão de conteúdos; ela deve reconfigurar a dinâmica relacional e ética das escolas, promovendo uma convivência plural e respeitosa.

No entanto, cabe a escola, a missão de transformar o cenário atual por intermédio de uma abordagem pedagógica com foco na valorização da cultura afro-brasileira e africana que deve ser praticada junto ao movimento decolonial a partir da diáspora africana, para trabalharmos outra perspectiva histórica, em que os negros produzam com o olhar para o espelho voltado para a identidade do seu povo, levando em consideração o pluralismo histórico e cultural, a fim de desta feita, minar o racismo e o preconceitos nas escolas que, por muitas vezes, pode ser o lugar onde os conflitos raciais são mais candentes. Reconhecer a existência do racismo estrutural é um movimento que surge se tivermos como horizonte a busca por uma sociedade melhor no futuro, mais igualitária, menos violenta e principalmente se tivermos na educação a força motriz para tal mudança.

O racismo estrutural é um problema profundo e persistente que permeia diversas esferas da sociedade, incluindo a educação. No contexto pedagógico atual, esse tipo de

racismo não se manifesta apenas através de atitudes e comportamentos individuais, mas está entranhado nas instituições e práticas educacionais, criando e perpetuando desigualdades significativas entre estudantes de diferentes origens raciais. Este artigo tem como objetivo explorar o problema filosófico que surge quando consideramos o racismo estrutural no âmbito educacional, refletindo sobre suas causas, manifestações e possíveis soluções.

A filosofia da educação fornece uma lente crítica através da qual podemos analisar e entender as estruturas raciais subjacentes que influenciam o sistema educacional. Ao examinar teorias filosóficas e práticas pedagógicas, podemos identificar as formas como o racismo estrutural afeta a educação e os desafios enfrentados pelos educadores na promoção de uma educação equitativa e inclusiva.

O ambiente educacional contemporâneo é caracterizado por uma diversidade crescente de estudantes, o que traz tanto oportunidades quanto desafios para educadores e formuladores de políticas. Em muitos países, a educação tem sido promovida como um direito humano fundamental e um meio crucial para alcançar a equidade social. No entanto, apesar dos avanços em termos de acesso à educação, as desigualdades raciais persistem.

Políticas educacionais recentes têm buscado abordar essas desigualdades através de iniciativas como cotas raciais, programas de apoio para estudantes de minorias e a promoção de currículos mais inclusivos. No entanto, essas políticas muitas vezes enfrentam resistência e são insuficientes para dismantelar completamente as estruturas raciais que perpetuam a desigualdade. Educadores enfrentam o desafio de criar ambientes de aprendizagem que sejam inclusivos e equitativos, enquanto navegam por um sistema que muitas vezes está configurado para beneficiar alguns grupos em detrimento de outros. Isso requer uma conscientização crítica das dinâmicas de poder e privilégio que operam dentro das escolas e um compromisso com práticas pedagógicas que promovam a justiça social.

A filosofia da educação oferece uma estrutura teórica para entender e criticar as práticas educacionais. Diversas teorias filosóficas, como a educação crítica de Paulo Freire, a teoria da justiça de John Rawls e o multiculturalismo de Charles Taylor, fornecem insights sobre como a educação pode ser utilizada tanto para perpetuar quanto para desafiar o racismo estrutural. Paulo Freire, por exemplo, argumenta que a educação deve ser um ato de libertação que empodera os oprimidos a questionar e transformar as estruturas de poder que os mantêm marginalizados. Aplicando essa perspectiva ao

racismo estrutural, a educação deve não apenas reconhecer as desigualdades raciais existentes, mas também equipar os estudantes com as ferramentas para contestá-las e promovê-las. John Rawls, em sua teoria da justiça, propõe o princípio da igualdade de oportunidades, onde as instituições devem ser estruturadas de tal forma que ofereçam a todos os indivíduos, independentemente de sua origem racial, as mesmas chances de sucesso. Isso implica em uma reavaliação crítica das políticas e práticas educacionais que criam barreiras para estudantes de minorias raciais.

O racismo estrutural tem impactos profundos e duradouros na educação, afetando tanto o acesso quanto a qualidade da educação que os estudantes recebem. Estudantes de minorias raciais frequentemente enfrentam discriminação, expectativas mais baixas por parte dos educadores e falta de representatividade nos currículos e entre o corpo docente. Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Brasil: têm mostrado que a discriminação racial nas escolas pode levar a resultados acadêmicos mais baixos, maior evasão escolar e menor participação em atividades extracurriculares. Além disso, a falta de representatividade e de um currículo inclusivo pode afetar negativamente a identidade e autoestima dos estudantes de minorias raciais, limitando suas aspirações acadêmicas e profissionais.

Políticas disciplinares que penalizam desproporcionalmente estudantes negros, como suspensões e expulsões, também contribuem para o ciclo de exclusão e marginalização. Esses estudantes são mais propensos a serem encaminhados ao sistema de justiça juvenil, perpetuando o ciclo de pobreza e exclusão social. Para superar o racismo estrutural na educação, é necessário adotar abordagens pedagógicas antirracistas que promovam a justiça e a equidade. Isso inclui:

- Revisão de Currículos: Implementar currículos que reconheçam e valorizem a história e cultura de todas as raças e etnias.
- Treinamento de Educadores: Oferecer formação contínua para educadores sobre consciência racial, justiça social e práticas pedagógicas inclusivas.
- Políticas de Admissão Justas: Desenvolver políticas de admissão que promovam a diversidade e a inclusão, como sistemas de cotas e ações afirmativas.
- Ambientes de Aprendizagem Seguros: Criar ambientes escolares que sejam acolhedores e seguros para todos os estudantes, onde a discriminação e o preconceito não sejam tolerados.

O racismo estrutural no contexto pedagógico atual representa um desafio significativo para a promoção de uma educação equitativa e inclusiva. Ao reconhecer e confrontar as estruturas raciais que perpetuam a desigualdade, educadores e formuladores de políticas podem trabalhar para criar um sistema educacional que verdadeiramente ofereça oportunidades iguais para todos. É essencial que continuemos a explorar e implementar práticas pedagógicas que promovam a justiça social, garantindo que todos os estudantes tenham a chance de alcançar seu pleno potencial.

Recuperar questões históricas para justificar questões sociais e de injustiças de toda sorte sofrida em decorrência do preconceito e do racismo muitas vezes parece ser o mais do mesmo, no entanto, a realidade atual é descolada do passado, tornando-se assim, extremamente necessário revisitar a história para compreendermos toda a problemática gerada por questões raciais no Brasil e compreendermos os verdadeiros motivos que construíram o cenário atual, sobretudo ao que diz respeito a esfera da educação. Carlos Hasenbalg, em seu texto intitulado “Desigualdades sociais e oportunidades educacionais”, sustenta sua análise em Pierre Bourdieu, que diz

“As crianças das classes populares, através de sua socialização primária, dentro da família, não adquirem o capital cultural e linguístico que as habilita a decodificar o tipo de mensagem que a escola transmite, mensagem que está, digamos assim, armada em termos do que Bourdieu chama de “cultura dominante ou cultura legítima”. (CP, nº 63, p. 24).

Há um certo tipo de indignação quanto aos mecanismos de discriminação existentes na classe média em relação as crianças pobres e faveladas que, em nossa sociedade em sua maioria esmagadora possuem o mesmo fenótipo, isto é, de cor preta.

O Professorado de modo geral, ignora as diferenças existentes nos resultados escolares das crianças negras e brancas. Ignoram as relações entre etnia/raça, gênero e desempenho escolar não percebem que esta falta de relação interfere em sua própria conduta e prática docente. Este despreparo, pois a falta de um olhar humanizado nas práticas docentes nada mais é do que uma inaptidão para o exercício da função, que é um campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial torne-se presença marcante e inerente ao ambiente escolar. Cabe ao Professor e a Professora,

compreender sua função na esfera social e se colocar como um agente de propagação da consciência crítica e principal agente antirracista no ambiente escolar.

Portanto, o contexto pedagógico atual requer um compromisso ético-político em que professores e gestores enfrentem o racismo estrutural, não apenas como um problema de injustiça social, mas como um desafio filosófico que exige a reconstrução de paradigmas educacionais. Ao questionar e reconfigurar essas estruturas, a escola pode se tornar um espaço de resistência e transformação, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva.

Para tal, é preciso denunciar o racismo estrutural alicerçado em nossa corrompida sociedade, onde cada vez mais percebemos as mazelas e injustiças que ao longo de séculos tem assolado negros, pardos e pobres, que em sua maioria estão inseridos à margem da sociedade. Trata-se dos oprimidos, dos quais Paulo Freire cita reiteradas vezes em seu clássico “Pedagogia do Oprimido”.

“A ação política junto aos oprimidos tem de ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada a não ser pelo opressor. Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência.” (FREIRE, 1968, p. 73).

Seguindo essa linha de pensamento, Djamila Ribeiro, que com uma linguagem moderna fala diretamente com o público jovem, que neste momento, é a principal peça desta pesquisa antirracista que tentará dialogar para proporcionar junto a juventude uma maior igualdade social. Em suas obras “Pequeno Manual Antirracista” e “Lugar de Fala”, Ribeiro afirma a diversidade temática e de perspectivas que atravessam a reflexão, ação política e cultural de mulheres negras, indígenas e homens negros que trazem em comum a insurgência desses grupos subalternizados frente aos modos de subjetivação consagrados pelo racismo, sexismo e o desafio de construção de novos imaginários reconstituidores da plena humanidade para todos, todas e todes.

Um fator interessante que ilustra a podridão e hipocrisia de nosso país é o fato de dois autores que viveram em momentos diferentes da história, um, mais contemporâneo, o Sr. Silvio Almeida (2021) que em seu livro “Racismo Estrutural” escreveu:

“A crise do Estado de Bem-Estar Social e do modelo fordista de produção dá ao racismo uma nova forma. O fim do consumo de massa como padrão produtivo predominantemente, o enfraquecimento dos sindicatos, a produção baseada em alta tecnologia e a supressão dos direitos sociais em nome da austeridade fiscal tornaram populações inteiras submetidas às mais precárias condições ou simplesmente abandonadas à própria sorte, anunciando o que muitos consideram o esgotamento do modelo expansivo do capital” (ALMEIDA, 2021, p. 205 -206).

Interessante o fato de um outro autor que escreve sobre o racismo, este que há muito já nos deixou, porém, mesmo com um intervalo de 141 anos antes desta citação de o Professor Silvio Almeida (2021), o abolicionista Joaquim Nabuco (2000) já fazia críticas similares e super atuais, tal como Almeida:

“É desolador o quadro que se oferece às vistas do viajante que percorre o interior da província, e mais precária é sua posição nos municípios de serra abaixo, onde a fertilidade primitiva do solo já se esgotou e a incúria deixou que férteis vales se transformassem em lagoas profundas que intoxicam todos aqueles que delas se avizinham. Os infelizes habitantes do campo, sem direção, sem apoio, sem exemplos, não fazem parte da comunhão social, não consomem, não produzem. Apenas tiram da terra alimentação incompleta quando não encontram a caça e a pesca das coutadas e viveiros dos grandes proprietários. Desta arte são considerados uma verdadeira praga, e convém não esquecer que mais graves se tornará a situação quando esses milhões de párias se adicionar o milhão e meio de escravos, que hoje formam os núcleos das grandes fazendas.” (NABUCO, 2000, p. 105)

O Problema com racismo no Brasil sempre existiu e, a única forma de extirpá-lo por completo é por meio da educação, da valorização do negro, de políticas públicas antirracistas e, o mais importante, valorizar a cultura afro aos nossos alunos. É necessário ensinar nas escolas a cultura dos povos originários, a cultura dos povos negros, suas colaborações para construção da sociedade atual, suas mazelas sofridas no passado e, sobretudo, as injustiças que permanecem nos dias de hoje, muito em decorrência a falta de planejamento e preocupação com o povo negro após 358 anos de escravidão.

O negro foi inserido em uma sociedade organizada e planejada por e ou para o homem branco, ficando largado a própria sorte. A falta de conscientização e

pertencimento de classes somados ao pensamento colonialista, faz com que o preconceito e o racismo persistam por tanto tempo, mesmo atualmente, em pleno século XXI. Apenas com a execução de uma educação crítica e libertária, será possível romper de nós, brasileiros, os grilhões do racismo que, de certa forma, ocorre não de modo explícito, mas trata-se de um racismo velado, que tal como uma doença silenciosa, nos destrói internamente, como indivíduos e sociedade.

“O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no século XVII ou no início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudocientífico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para a opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão.” (Wood, 2011, p. 230).

Franz Fanon em sua obra, “*Pele Negra, Máscaras Brancas*,” onde ele alerta quanto a subjetividade na qual a instância superegóica é branca, sendo o próprio reflexo da estrutura colonial e causadora da origem do processo de racialização. O pensamento de Fanon é extremamente necessário, haja vista a importância de debater os grandes traumas causados pelo colonialismo ao homem negro, sobretudo, o sentimento de inferioridade embutida no subconsciente do negro contemporâneo, entranhado em sua alma, mesmo sem ter sido escravizado. Para Fanon, a superação de tal sentimento interiorizado ao homem negro é um ponto pelo qual ele nutria alguma ressalva:

“A questão é saber se é possível para o negro superar seu sentimento de inferioridade, expulsar de sua vida o caráter compulsivo que tanto o aproxima do comportamento fóbico. No negro existem uma exacerbação afetiva, uma raiva por se sentir pequeno e uma incapacidade para qualquer comunhão que o confinam em uma insularidade intolerável.” (FANON, p. 65).

A promoção de uma educação antirracista perpassa o letramento racial, ou seja, a valorização da cultura preta, bem como o resgate histórico de seus heróis, suas lutas e conquistas. Apenas a valorização da cultura e história do povo preto é que de fato ajudará com o rompimento desta fobia de inferioridade apontada por Fanon.

2 CAPÍTULO 2

UM CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTOS E SUAS DISCREPÂNCIAS SOCIAIS E RACIAIS.

A cidade de Santos, no litoral de São Paulo, é conhecida por sua importância histórica e cultural, sendo um dos principais centros de resistência à escravidão no Brasil. No entanto, como em muitas regiões urbanas do país, a cidade ainda enfrenta desafios significativos relacionados ao racismo estrutural, especialmente nas áreas mais periféricas. A Zona Noroeste de Santos, composta por bairros como Rádio Clube, Castelo e Bom Retiro, destaca-se como uma área com alta concentração de população negra e periférica, e tem sido palco de importantes iniciativas voltadas para a educação antirracista.

O município de Santos, localizada no litoral do estado de São Paulo, possui uma população de 418.608 habitantes e conta com uma história rica e complexa, marcada por sua importância como um dos maiores portos da América Latina. A cidade desempenhou um papel central no desenvolvimento econômico e social do Brasil, especialmente na exportação de café e na articulação de movimentos de resistência social e racial. A cidade de Santos foi fundada em 1546 por Brás Cubas, tornando-se uma das primeiras vilas coloniais do Brasil. No início, a cidade teve um papel modesto no cenário econômico, servindo como ponto de apoio para o comércio entre a colônia e Portugal. No entanto, sua localização estratégica, próxima à capital paulista e com acesso ao interior, tornou Santos essencial para o escoamento de produtos agrícolas.

A partir do final do século XIX, a cidade ganhou destaque com o advento do ciclo do café. O Porto de Santos, inaugurado em 1892, tornou-se o principal ponto de exportação do café brasileiro, consolidando a cidade como um centro econômico crucial para o país. Com o declínio do ciclo do café no século XX, Santos manteve sua importância como centro logístico, diversificando suas atividades portuárias e se tornando um dos maiores portos da América Latina. O porto continua sendo uma peça-chave da economia brasileira, sendo responsável por boa parte das exportações de

commodities, como grãos, carnes e minérios. A modernização do porto e o avanço tecnológico no setor marítimo trouxeram novos desafios sociais e econômicos. A automação e a privatização do porto impactaram negativamente a classe trabalhadora, levando à perda de empregos e à precarização do trabalho. Isso intensificou as desigualdades socioeconômicas em Santos, uma cidade que ainda lida com os legados da segregação racial e da exclusão social.

Esse desenvolvimento impactou fortemente no processo de imigrantes europeus, especialmente italianos, espanhóis e portugueses, que chegaram para trabalhar nas fazendas e, posteriormente, nos serviços urbanos e portuários. Além dos europeus, muitos negros, recém-libertos após a abolição da escravidão em 1888, também migraram para Santos, buscando oportunidades de trabalho e melhores condições de vida. No entanto, encontraram um cenário marcado pela segregação racial e social, enfrentando preconceitos e marginalização econômica, fator este que se mantém até os dias de hoje.

Santos também foi palco de intensas desigualdades raciais desde a abolição. Os negros, enquanto maioria na população trabalhadora do porto e nos serviços urbanos, foram excluídos dos círculos de poder e sofriam com a discriminação nas esferas sociais e políticas. Entretanto, ainda assim, Santos tornou-se um centro importante de resistência negra e de movimentos sociais. O futebol, por exemplo, foi um mecanismo importante e teve um papel de suma importância na integração racial, com clubes como o Santos Futebol Clube, que se tornaram símbolos de ascensão social para atletas negros. O futebol oferecia uma das poucas oportunidades de visibilidade e mobilidade social para afrodescendentes no Brasil, o que contribuiu, ainda que de maneira irrisória, porém, deu voz para alguns homens negros adeptos do esporte.

Outro ponto a se destacar foi o sindicalismo portuário. Os trabalhadores do porto de Santos, muitos deles negros, foram pioneiros na organização de greves e movimentos de resistência no Brasil. As greves de 1920, 1930 e 1950 foram marcos de resistência contra as condições precárias de trabalho e a exploração econômica. As reivindicações eram, em grande parte, lideradas por sindicatos compostos por trabalhadores de diversas origens étnicas, consolidando o porto como um espaço de lutas sociais.

Além da população negra recém liberta vinda de diversas partes do país, Santos recebeu uma significativa população de imigrantes europeus e, posteriormente, japoneses e sírios-libaneses. Esse caldeirão étnico contribuiu para o desenvolvimento de uma sociedade plural, onde diferentes culturas e tradições se entrelaçavam. A

contribuição desses grupos foi fundamental para a formação de uma identidade única em Santos, que mesclava elementos europeus, africanos e indígenas.

A imigração também trouxe consigo profundas divisões de classe. Enquanto a elite cafeeira e industrial concentrava riquezas e poder, os trabalhadores imigrantes e negros enfrentavam longas jornadas de trabalho e baixos salários. Essa divisão social também se refletia na geografia da cidade, com áreas centrais mais desenvolvidas e periferias carentes de infraestrutura. A Zona Noroeste de Santos, por exemplo, foi uma das regiões a receber os trabalhadores negros e é uma das principais regiões da cidade, possui uma história diretamente relacionada à migração de populações periféricas, especialmente a população negra, que desempenhou um papel fundamental em sua construção e desenvolvimento. Essa região se formou ao longo do século XX, em um contexto de urbanização desordenada e falta de políticas habitacionais adequadas, refletindo as desigualdades raciais e socioeconômicas que marcaram o processo de expansão urbana em Santos.

2.1 Contexto social e histórico da zona noroeste

A Zona Noroeste é historicamente marcada por desigualdades socioeconômicas que refletem a segregação racial presente em Santos e em grande parte do Brasil. Bairros dessa região surgiram de forma desordenada, recebendo famílias deslocadas pela especulação imobiliária e pela falta de políticas públicas habitacionais inclusivas. Nesse cenário, a maioria da população negra, proveniente de migrações internas, encontrou-se isolada geograficamente e socialmente das áreas mais desenvolvidas da cidade, como o Centro e a orla.

A marginalização histórica desses bairros reforçou a necessidade de iniciativas voltadas para o combate ao racismo, especialmente na educação. Esse contexto criou um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas, que visam não só à inclusão, mas também ao reconhecimento e à valorização da identidade negra. Santos teve um impacto significativo na construção da sociedade brasileira contemporânea. O movimento sindical portuário serviu de exemplo para outras cidades brasileiras, inspirando o fortalecimento dos direitos trabalhistas e as lutas por melhores condições de vida. Além disso, o protagonismo de jogadores de futebol negros, como Pelé, ajudou a moldar a identidade nacional, onde o esporte se tornava uma das formas mais poderosas de integração social e racial.

Atualmente, Santos é um reflexo das contradições do Brasil contemporâneo. Embora seja uma cidade com uma economia vibrante, fruto de seu porto e do turismo, também carrega desafios históricos, como a desigualdade social, a marginalização de populações periféricas e o racismo estrutural, especialmente em sua Zona Noroeste, local que abriga a maior concentração da população negra da cidade, e onde nos deparamos com uma discrepância social gritante em relação a parte central e o setor da orla da praia.

A Zona Noroeste de Santos começou a se desenvolver a partir da década de 1950 e se consolidou durante os anos 1960 e 1970. Até então, a cidade de Santos havia se expandido principalmente ao longo das áreas centrais e litorâneas, favorecendo as classes mais altas e médias. No entanto, com o crescimento da população e a falta de espaço disponível nas áreas mais valorizadas, as camadas mais pobres da população, incluindo muitos trabalhadores negros, foram empurradas para as regiões periféricas. A expansão da Zona Noroeste ocorreu em um ambiente marcado pela precariedade.

A área, localizada em terrenos próximos a manguezais e sujeita a alagamentos, foi ocupada de maneira desordenada, sem a infraestrutura básica necessária, como saneamento, pavimentação e redes de abastecimento de água e energia. Inicialmente, essa região foi ocupada por trabalhadores que não podiam pagar pelos altos custos das habitações nos bairros centrais, muitos dos quais eram negros recém libertos e que haviam migrado para Santos em busca de trabalho, sobretudo no porto e em outras atividades urbanas. Grande parte da população negra de Santos que se instalou na Zona Noroeste vinha de um histórico de exclusão social e racial. Após a abolição da escravidão em 1888, muitos ex-escravizados e seus descendentes encontraram poucas oportunidades de ascensão social e acabaram relegados a trabalhos mal remunerados. Ao longo do século XX, essa população se concentrou em bairros populares e periféricos, como a Zona Noroeste, em virtude da exclusão que enfrentavam nas áreas centrais da cidade, vale ressaltar que esta situação perdura até os dias atuais.

Os negros e seus descendentes desempenharam um papel central na construção da Zona Noroeste. Muitos trabalharam como operários, pedreiros, e na construção civil, ajudando a erguer moradias e infraestruturas precárias. Além disso, a população negra foi fundamental na formação de comunidades organizadas que lutaram por melhorias nas condições de vida da região, exigindo a implantação de serviços públicos e a regularização fundiária, sobretudo na região dos morros, onde as associações de moradores é bem forte e organizada, especialmente, em se tratando da luta por melhores

condições, cobrando de maneira rigorosa o poder público. A ocupação inicial da Zona Noroeste foi marcada pela falta de infraestrutura básica. As ruas não eram pavimentadas, o saneamento era insuficiente, e os alagamentos eram frequentes, já que a região está próxima de áreas de manguezais. Frente a essas dificuldades, a população local, composta em grande parte por trabalhadores negros, organizou-se para reivindicar melhorias.

Os movimentos comunitários, muitos deles liderados por líderes negros, foram essenciais na conquista de direitos fundamentais, como a implementação de redes de água e esgoto, pavimentação e transporte público. Esses movimentos sociais tinham um caráter forte de resistência, uma vez que a população enfrentava não apenas a exclusão social e racial, mas também a negligência do poder público, conforme podemos observar na imagem abaixo.

Figura 5: A vida nas palafitas de Santos Dique da Vila Gilda



Fotos: A vida nas palafitas de Santos - 04/06/2018 - UOL Notícias

Durante as décadas de 1970 e 1980, essas comunidades pressionaram as autoridades locais e participaram de diversas mobilizações para garantir que a Zona Noroeste fosse incluída nos projetos de desenvolvimento urbano da cidade. A atuação das associações de moradores foi fundamental para a transformação da região, que, aos poucos, começou a receber investimentos em infraestrutura, incluindo escolas, centros de saúde e transporte. Na década de 1990, a Zona Noroeste começou a receber mais

atenção das administrações públicas, e houve uma melhora progressiva em sua infraestrutura. No entanto, o processo de urbanização foi marcado por contradições, com melhorias chegando de forma desigual e, muitas vezes, não atendendo plenamente às necessidades da população local, haja vista que, Santos ainda conta com a maior favela de palafitas do país, sendo ela localizada, exatamente na Zona Noroeste da cidade, situada no Dique da Vila Gilda, onde habitam aproximadamente 125 famílias.

O protagonismo da população negra nessa região, ao longo das décadas, foi fundamental para que essas transformações ocorressem. Além do trabalho físico de construção das moradias e da infraestrutura, os negros santistas da Zona Noroeste também tiveram um papel ativo nas questões culturais e políticas da cidade. A região se consolidou como um espaço de resistência e preservação da cultura afro-brasileira, com manifestações culturais como o samba, a capoeira e as festas populares desempenhando um papel importante na identidade local. Atualmente, a Zona Noroeste continua sendo uma área de Santos que enfrenta desafios, especialmente relacionados à infraestrutura e à qualidade de vida. No entanto, as conquistas obtidas pela população negra e periférica ao longo de décadas de lutas são evidentes. A região, que antes era vista como marginalizada, passou a ser integrada, embora de maneira ainda incompleta, ao tecido urbano da cidade.

"A luta dos negros pela afirmação de sua cultura e pela ocupação dos espaços urbanos é um processo histórico que reflete tanto a resistência ao racismo estrutural quanto a construção de uma identidade coletiva que dialoga com o território em que vivem" (Munanga, Kabengele, 2003).

A citação de Kabengele Munanga reforça a ideia central do texto ao destacar que as transformações socioespaciais e culturais envolvendo a população negra não são eventos pontuais, mas sim processos históricos contínuos. A luta por reconhecimento e por melhores condições de vida na Zona Noroeste de Santos, mencionada no texto, exemplifica o enfrentamento ao racismo estrutural e a busca por pertencimento em um espaço urbano inicialmente marginalizado. Além disso, a citação sublinha a importância da identidade cultural como elemento de resistência e transformação. Isso é visível no papel do samba, da capoeira e das festas populares na consolidação de um senso de pertencimento e na articulação política que possibilitou conquistas, mesmo diante das adversidades. Portanto, a região emerge como um símbolo da capacidade de resiliência

e agency da população negra, confirmando o que Munanga aponta sobre o protagonismo da cultura e da territorialidade negra no combate às desigualdades históricas.

A presença de instituições comunitárias e a criação de projetos sociais ajudaram a melhorar as condições de vida da população. No entanto, as questões de desigualdade racial e social ainda persistem, e a luta por melhores condições continua.

2.2 A importância da educação antirracista como mecanismo histórico de reparo às injustiças sociais: com um olhar voltado a Zona Noroeste de Santos.

A educação antirracista vai além do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Ela envolve a criação de espaços de reflexão e debate sobre o racismo estrutural, o reconhecimento dos privilégios brancos e a importância da luta por equidade racial. Na Zona Noroeste, a implementação de uma educação voltada para esses valores é fundamental para combater as desigualdades que afetam diretamente a vida de seus moradores

Essa perspectiva educacional busca desconstruir preconceitos e promover uma visão mais inclusiva e justa, em que a história e a cultura dos afrodescendentes sejam respeitadas e ensinadas de forma crítica e consciente. A Lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas, é uma das principais ferramentas legais nesse processo, mas sua implementação ainda enfrenta muitos desafios na prática, especialmente em áreas periféricas.

Embora a Zona Noroeste de Santos tenha iniciativas importantes voltadas à educação antirracista, muitos desafios ainda precisam ser superados. A falta de infraestrutura escolar adequada, a carência de formação continuada para professores e a resistência de alguns setores da sociedade a discutir questões raciais são obstáculos presentes no cotidiano das escolas da região.

Além disso, muitos educadores ainda encontram dificuldades para abordar o tema do racismo de forma transversal e integrada ao currículo escolar. Muitas vezes, os debates são limitados a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, sem que haja um aprofundamento contínuo e crítico ao longo do ano letivo. Esse modelo episódico pode reforçar estereótipos e limitar o impacto das ações educacionais antirracistas.

Uma citação que pode embasar teoricamente o parágrafo mencionado acima é de Nilma Lino Gomes, uma importante pesquisadora na área de educação e diversidade:

“A inclusão da temática racial nas escolas não pode ser apenas pontual, restrita a datas comemorativas ou momentos episódicos. Ela precisa ser constante e integrada ao currículo de maneira transversal, para que se efetive como um processo contínuo de desconstrução das desigualdades raciais e de valorização da cultura afro-brasileira e indígena.” (GOMES, 2014, p. 15).

Este pensamento de GOMES, reforça a ideia de que o tratamento do tema do racismo deve ser algo contínuo e transversal, e não restrito a momentos isolados, como as datas comemorativas, para que a educação antirracista tenha um impacto real e transformador. Outro fator importante é o contexto de vulnerabilidade social em que muitas crianças e adolescentes da Zona Noroeste vivem. A falta de acesso a recursos educacionais de qualidade, somada às desigualdades econômicas, dificulta o pleno desenvolvimento dos jovens e reforça a exclusão social e racial.

Iniciativas de Educação Antirracista na Região

Apesar dos desafios, a Zona Noroeste de Santos tem visto o surgimento de projetos e movimentos que lutam pela educação antirracista. Escolas, ONGs e coletivos culturais têm desempenhado um papel crucial na promoção de atividades voltadas à conscientização racial. Ações como rodas de conversa sobre identidade negra, oficinas culturais de capoeira, samba e teatro, bem como projetos de leitura e literatura afro-brasileira, têm impactado positivamente a formação das novas gerações.

Além disso, professores engajados com a causa antirracista têm promovido formações e debates dentro do ambiente escolar, utilizando-se de recursos pedagógicos que valorizam a cultura e a história da população negra. Esses esforços são essenciais para fomentar uma consciência crítica nos alunos, que muitas vezes vivem realidades de exclusão e discriminação racial.

A cidade de Santos, SP, tem implementado alguns programas e ações voltadas para a promoção da educação antirracista, com o objetivo de combater o racismo estrutural e promover a inclusão racial, especialmente nas escolas e espaços públicos. Aqui estão alguns exemplos de iniciativas:

1. Programa “Escola sem Racismo”

Este programa tem como objetivo capacitar professores e gestores escolares para abordar questões raciais de forma crítica e inclusiva dentro do ambiente escolar. A iniciativa envolve palestras, oficinas, e debates sobre a história e cultura afro-brasileira, além de formas de identificar e combater o racismo nas escolas.

2. Semana da Consciência Negra

Durante o mês de novembro, Santos realiza a Semana da Consciência Negra com atividades culturais e educacionais em diversas instituições, incluindo escolas. Essas atividades incluem palestras, rodas de conversa, exposições e apresentações culturais, como capoeira e samba, que ajudam a promover a valorização da cultura afro-brasileira e discutir questões relacionadas ao racismo.

3. Capacitação de Professores na Lei 10.639/03

Desde a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, Santos tem promovido formações para professores da rede municipal sobre como integrar esses temas ao currículo escolar de forma efetiva. Essa formação inclui o estudo de temas como a escravidão no Brasil, a resistência negra e o papel da população afrodescendente na formação da sociedade brasileira.

4. Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (NERER)

O NERER é uma iniciativa voltada para a promoção de ações educativas que valorizem a diversidade racial e promovam o respeito às diferenças. Esse núcleo promove encontros e seminários sobre temas relacionados às relações raciais, desenvolvendo materiais pedagógicos e metodologias que apoiam a educação antirracista.

5. Projetos Culturais e Pedagógicos

Além das ações formais nas escolas, há parcerias entre escolas e organizações não-governamentais (ONGs) que promovem projetos culturais, como o "Projeto Griot",

que visa contar a história da população negra de forma interativa. Essas ações são voltadas para o público jovem e ajudam a promover a conscientização racial através de oficinas de teatro, música e literatura.

6. Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra

Este conselho atua em várias frentes, incluindo a educação, propondo políticas públicas e realizando ações que favoreçam a equidade racial no município. Ele também desenvolve campanhas de sensibilização e luta contra o racismo, e incentiva o diálogo entre a comunidade negra e o poder público.

7. Projeto "Educação para a Igualdade Racial"

Algumas escolas municipais têm adotado o projeto "Educação para a Igualdade Racial", que busca discutir a importância da inclusão e da igualdade racial por meio de atividades didáticas, palestras e a participação de figuras da comunidade negra para promover o diálogo entre alunos e professores.

Embora essas iniciativas sejam fundamentais, o desafio ainda reside em garantir a continuidade e o alcance dessas políticas. Muitas dessas ações ainda dependem de iniciativas locais e voluntárias, e sua implementação não é uniforme em todas as escolas e bairros. A formação contínua de professores e o fortalecimento dessas políticas educacionais são essenciais para promover uma verdadeira educação antirracista na cidade.

Esses programas têm tido um impacto importante na promoção de um ambiente escolar mais inclusivo e na conscientização sobre o racismo, mas a necessidade de ampliação dessas políticas ainda é um ponto crucial para Santos.

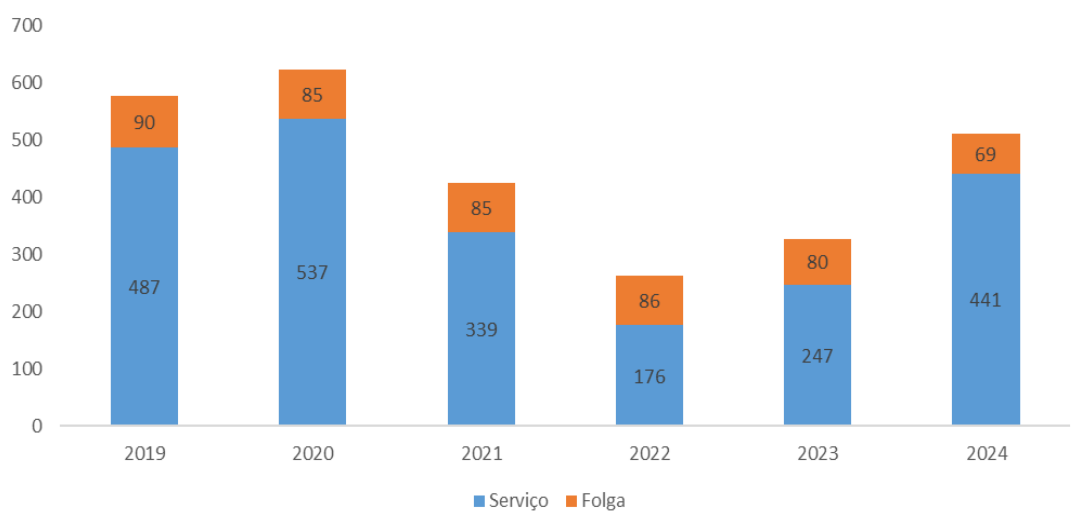
2.3 O racismo estrutural e a violência policial contra os negros na Zona Noroeste: A Evidência necessária da urgência de uma educação antirracista.

Para as escolas situadas na parte mais periférica da cidade de Santos, abordar a pauta de uma educação antirracista, sobretudo em uma conjuntura em que a polícia do Estado no início do ano ceifou a vida de 109 pessoas na Zona Noroeste da cidade, sendo que quase em sua totalidade, essas vidas eram de pessoas pretas e pardas, torna-se uma tarefa complexa e contraditória, pois o Estado que deveria formar, educar e proteger os

cidadãos, nesta região do Estado de São Paulo, causa terror nas comunidades e certa indignação junto aos estudantes. Pois recentemente, uma unidade de ensino da rede Estadual situada na ZN de Santos, foi elegível ao modelo híbrido da proposta de ensino cívico-militar, conforme consta no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 18 de julho de 2024.

A impressão que se tem é de que o Governo do Estado enxerga que a educação militar em uma região dominada pela violência, pobreza e sequelas do racismo estrutural existente na sociedade brasileira como um todo, é a principal forma de combater as desigualdades e injustiças sociais, ao invés de proporcionar uma educação antirracista, de forma crítica e efetiva. Recentemente, o “*Instituto Sou da Paz*” realizou uma pesquisa que revelou o aumento das mortes cometidas por policiais em serviço aumento 78,5 % nos primeiros 8 meses de 2024.

Gráfico 1:



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Em relação ao gráfico acima, podemos observar que foram 441 pessoas mortas pelas polícias paulistas em serviço no período, uma média de 1,8 vítimas por dia. Um movimento distinto acontece em relação a mortes cometidas por policiais de folga. Nos primeiros oito meses de 2024, as mortes cometidas pelos agentes fora de serviço caíram -13,8% em relação ao mesmo período de 2023, e alcançaram o menor número de vítimas na análise desde 2019. Entretanto, na cidade de Santos, o número de mortes mais que dobrou, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Mortes cometidas por policiais em serviço, por região (janeiro – agosto).

| Região | 2023 | 2024 | % |
|-----------------------------------|------|------|--------|
| CAPITAL | 76 | 118 | 55,3% |
| REGIÃO METROPOLITANA | 28 | 60 | 114,3% |
| DEINTER 1 – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 14 | 24 | 71,4% |
| DEINTER 2 – CAMPINAS | 15 | 26 | 73,3% |
| DEINTER 3 – RIBEIRÃO PRETO | 11 | 10 | -9,1% |
| DEINTER 4 – BAURU | 4 | 13 | 225,0% |
| DEINTER 5 – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 3 | 10 | 233,3% |
| DEINTER 6 – SANTOS | 54 | 109 | 101,9% |
| DEINTER 7 – SOROCABA | 12 | 30 | 150,0% |
| DEINTER 8 – PRESIDENTE PRUDENTE | 6 | 7 | 16,7% |
| DEINTER 9 – PIRACICABA | 15 | 26 | 73,3% |
| DEINTER 10 – ARAÇATUBA | 5 | 8 | 60,0% |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Em relação ao perfil das vítimas, é possível verificar um aumento significativo da letalidade policial em serviço de pessoas negras e jovens. Com referência a raça/cor das vítimas, houve um aumento expressivo de pessoas mortas por policiais em serviço tanto de pessoas brancas, pardas e pretas, assim como das vítimas sem o registro da raça por parte da SSP-SP. No entanto, é evidente como este aumento da letalidade policial em serviço se concentrou na população negra (pretos e pardos), que somados, tiveram um aumento do número de vítimas em 83,8%. Entre janeiro e agosto de 2024, as polícias do estado de São Paulo mataram 283 pessoas negras, 129 vítimas a mais que no mesmo período de 2023. Estes dados mostram não somente a negligência do Estado com a oferta de uma educação de qualidade, emancipadora e efetiva no combate ao racismo, mas também evidenciam a visão racista do governo em relação às periferias do Estado.

De acordo com o censo, pretos e pardos representam um total de 34,6% da população do estado de São Paulo. Mas historicamente, o percentual de vítimas negras de policiais sempre foi muito mais alto que isso no estado. Ainda assim, nos primeiros oito meses de 2024 é possível observar que o percentual de vítimas negras na letalidade policial alcançou seu maior patamar nos últimos seis anos, vale ressaltar que grande parte deste aumento se deu em decorrência a “*Operação Escudo*”, realizada na baixada santista no início de 2024 e que teve boa parte de sua atuação na região da Zona Noroeste da cidade de Santos. O assunto da violência policial não é novidade, em

especial no contexto contemporâneo. A escritora Lélia Gonzalez, uma importante intelectual e ativista brasileira, abordou a questão da violência estrutural e institucional contra a população negra, incluindo a violência policial. Em seus textos, Gonzalez discute como o racismo no Brasil é manifestado não apenas de maneira explícita, mas também de forma velada e estrutural, impactando a vida da população negra em várias esferas, especialmente no tratamento desigual em relação à justiça e à violência policial.

A tabela a seguir mostra a superioridade da violência policial contra a população negra em relação a população branca.

Tabela 3: Percentual de vítimas por raça/cor do total de mortes cometidas por policiais em serviço (janeiro – agosto).

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Percentual vítimas negras | 59,5 % | 61,8 % | 61,4 % | 63,1 % | 62,3 % | 64,2 % |
| Percentual vítimas Brancas | 38,8 % | 35,9 % | 32,2 % | 34,7 % | 35,2 % | 31,3 % |
| Percentual vítimas sem dados de raça/cor | 1,6% | 2,2% | 6,5% | 2,3% | 2,4% | 4,5% |

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

Em seu artigo "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira", Lélia Gonzalez faz uma crítica incisiva ao racismo estrutural no Brasil e à forma opressora como o Estado exerce violência sobre a população negra. Ela traz a ideia de que a violência contra a população negra é institucionalizada e faz parte de um mecanismo de controle social que visa manter a hierarquia racial. A polícia, como braço armado do Estado, cumpre esse papel ao reforçar a marginalização e o extermínio de corpos negros, especialmente os jovens. O que corrobora com os dados coletados pelo Instituto Sou Paz, junto a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Figura 6: Operação escudo



Fonte: Reportagem Brasil de Fato (abril de 2024). O secretário de Segurança Pública e ex-policia da Rota, Guilherme Derrite (de camisa), vai até a baixada santista ocupada militarmente pela Operação Escudo - SSP-SP

Enquanto a referência à cor às vezes permanece mascarada, a associação entre roupa, comportamento e aparência física entre os pobres, estes desproporcionalmente negros, sobretudo nas áreas periféricas, em especial no lócus desta pesquisa, está sempre flagrante. No livro *“Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”*, quando um policial do Rio de Janeiro foi perguntado quanto às ações que um jovem poderia realizar para evitar ser parado pela polícia, a resposta foi direta e um tanto quanto preconceituosa:

“Procurem melhorar sua apresentação pessoal e melhorar a sua dicção. Arrancar o boné da cabeça, pentear o cabelo, vestir uma roupa melhor, e saber falar. Se ele tiver essa boa educação, não vai ser parado. Ele tem que ser menos marginal, ter menos o biótipo marginal, ter mais o biótipo de cidadão.” (Ramos e Musumeci, 2005, p. 84).

Evidentemente, o tratamento diferenciado por raça somado à filtragem tem se mostrado comum em todo o Brasil, inclusive na porção com mais negros da cidade de Santos, que é a sexta cidade no IDH do país. Nunca se foi tão necessário nesta região a implementação de mecanismos que propiciem uma educação antirracista. Os estudantes convivem diuturnamente com a violência, crescem sem perspectiva de ascensão socioeconômica e com sua autoestima reduzida a nada, muito em decorrência à forma

que são vistos pela sociedade branca e pelo poder público como um todo. Todavia, apesar deste recorte que exprime a violência policial e falta de ações positivas por parte do governo do Estado de São Paulo, é importante registrar aqui às ações da Prefeitura Municipal de Santos que, embora tenha aproximadamente 72,16% de sua população composta de pessoas brancas e apenas 26,71% da população de pessoas negras, de acordo com a própria SEDUC/Santos.

A Secretaria de Educação de Santos realiza ações a favor da educação antirracista com o objetivo de dar voz e destaque aos grupos historicamente marginalizados, além de valorizar o seu patrimônio tangível e intangível. Para promover estas ações, a Seduc realizou um programa que inclui: ações de formação para a comunidade educativa e para a cidadania; a reorganização do currículo escolar desde a perspectiva da diversidade e do antirracismo; a produção de materiais didáticos; a criação de roteiros urbanos para dar visibilidade aos contributos das diferentes comunidades étnicas; o trabalho em rede com agentes comunitários e a participação nas políticas públicas.

Esta ação permite que, em média, 360 docentes participem todos os anos em cursos de formação especializada nos formatos: presencial e/ou virtual. Além de também oferecer ações de formação abertas à comunidade e dinamizadas por líderes comunitários e/ou especialistas, nas quais participam, em média, 100 pessoas todos os anos. Já nos percursos educativos urbanos (históricos, geográficos, literários, arqueológicos), que promovem a reflexão experiencial e crítica, participam anualmente cerca de 3.000 estudantes.

Apesar destas práticas beneficiarem apenas os alunos da rede municipal de ensino, uma vez que, o governo do Estado terceiriza estas ações, conforme já mencionado no início deste capítulo, as implementações de programas antirracistas aplicados pela prefeitura de Santos, atingem uma margem considerável dos estudantes moradores da Zona Noroeste, que conta com aproximadamente 28 unidades de ensino e cerca de 15 mil estudantes. É importante que quanto mais estudantes se beneficiarem pela promoção de políticas de combate ao racismo, menos profundo se tornará o abismo social existente na sociedade santista. O município de Santos, em 478 anos de história, experimentou o incremento da política de gentrificação, isto é, de transformação e supervalorização de uma determinada área da cidade, promovendo um aumento no custo de vida, atraindo uma população de maior poder aquisitivo, ao tempo que obriga os antigos moradores a buscar por bairros mais acessíveis economicamente. Ou seja, a

gentrificação corrobora e reforça a segregação socioespacial. Foi assim que surgiu a Zona Noroeste, e com ela, todas as características periféricas existentes em nossa sociedade, sendo elas, pobreza, violência, racismo e discriminação, além é claro, da inércia do poder público frente aos moradores destas regiões. E os moradores dos bairros mais pobres e miseráveis o que fazem frente a violência policial e o racismo velado existentes na Zona Noroeste? Repetem como papagaios de pirata o discurso de legitimação da morte de jovens negros, ouvido nos programas policiais sensacionalistas que, em sua maioria marginalizam os pretos e pobres, muitas vezes evadidos da escola, por simplesmente não acreditarem mais na educação e na transformação que ela pode ofertar em suas vidas.

“Os preconceitos de classe, religião, gênero, sexo, idade, nacionalidade, “raça”, etnia, cultura, língua são apenas atitudes, às vezes afetivas, que existem na cabeça das pessoas ou grupos de pessoas, introduzidas por meio dos mecanismos educativos. Invisíveis e incomensuráveis, essas atitudes são traduzidas em opiniões verbalizadas. Podem levar indivíduos e grupos a evitar os “outros”, porque não confiam neles ou têm medo deles. Vistos deste ângulo, os preconceitos possuem em germe as condições necessárias ao nascimento da discriminação.” (MUNANGA, 2010, p. 177).

Partindo da reflexão de MUNANGA, podemos dizer que, de modo imaginário, os estudantes negros (pretos e pardos), das periferias que se evadem da escola, não confiam no Estado e em sua capacidade de cuidar e proteger os seus cidadãos, uma vez que, o que eles mais testemunham em seus territórios é a dizimação do seu povo. A falta do combate ao racismo nas escolas reforça a descrença no estado e em seus agentes por parte dos estudantes, especialmente se focarmos nas inúmeras vezes em que eles sofreram rejeição verbal (piadas, brincadeiras de cunho racistas, injúria e discriminação, seja ela racial ou social), agressão ou violência física, segregação e tratamento desigual em relação aos alunos brancos e ou com condições sociais e econômicas melhores. Para ele, as pessoas discriminadas se recusam a frequentar os espaços físicos frequentados pelas pessoas de mesma origem do discriminador. O que reforça ainda mais a ideia de que levantamos sobre o desinteresse de permanência nas escolas públicas localizados nas regiões periféricas, uma vez que estas agem de forma discriminatória em seu sentido literal, ou seja, *“a ação praticada quando a igualdade de tratamento é negada a uma*

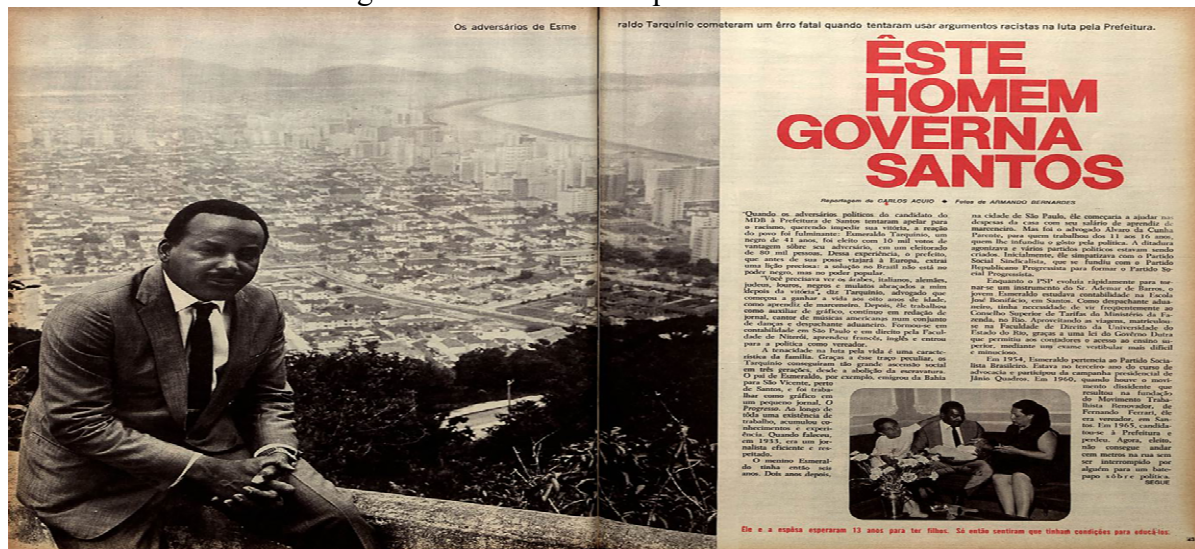
pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua origem econômica, sexual, religiosa, étnica, racial, linguística, nacional, entre outros” (MUNANGA, 2010, p. 178).

Este preconceito e violência por parte do estado contra a população negra de Santos é histórica. Não começou apenas com o advento da **“Operação Escudo”** e toda a truculência policial nos bairros da Zona Noroeste, ou tampouco com os recorrentes descasos do poder público frente a elaboração de propostas pedagógicas de combate ao racismo. Na verdade, estas ações reforçam ainda mais a estrutura do preconceito enraizado na sociedade santista que, como fora dito anteriormente, nada mais é do que um recorte do racismo estrutural existente no Brasil. Para ALMEIDA, o racismo por ser um processo estrutural, também é um processo histórico. Entretanto, estes processos não são obras do acaso, segundo ele, *“os diferentes processos de formação nacional dos Estados contemporâneos não foram produzidos apenas pelo acaso, mas por projetos políticos”* (ALMEIDA, 2021).

“Por ser estrutural, o racismo é também processo histórico. Desse modo, não se pode compreender o racismo apenas como derivação automática dos sistemas econômico e político. A especificidade da dinâmica estrutural do racismo está ligada às peculiaridades de cada formação social. De tal sorte, quanto ao processo histórico também podemos dizer que o racismo se manifesta de forma circunstancial e específica e em conexão com as transformações sociais” (ALMEIDA, 2021, p. 55).

Para elucidar o pensamento de Almeida, é importante registrar aqui um fato histórico ocorrido na cidade de Santos no ano de 1968, com Esmeraldo Tarquínio, que havia sido eleito prefeito por maioria dos votos, sendo 45 mil no total. Porém, Tarquínio era tudo aquilo que a ditadura militar tinha aversão: era um entusiasta das propostas políticas defendidas por João Goulart, apoiava os sindicatos, tendo um forte vínculo com os portuários, ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e era apoiador dos movimentos estudantis, além de ser um homem preto e opositor à ditadura. Com tantos atributos contrários ao regime militar, mesmo tendo sido eleito e diplomado como Prefeito, o único prefeito preto eleito na cidade de Santos na história, nunca chegou a assumir a chefia do executivo municipal, pois teve seu mandato cassado pela ditadura militar.

Figura 7: Esmeraldo Tarquínio Soares



Fonte: Revista Manchete de 1968 (Pág. 42 e 43 da Edição 869)

A violência política que Tarquínio sofreu no período da ditadura, por mais que os registros históricos evidenciem que ele era um personagem que incomodava o regime ditatorial, uma vez que lutava abertamente contra o preconceito de raça e sobre as questões sociais. No período em que atuou como Deputado, por exemplo, ele defendeu que a cidade de Santos precisava de novos setores de trabalho, haja vista que boa parte da população era composta por pessoas pobres. Além disso, ele propôs várias vezes que as empresas deveriam pagar um salário digno (na época, não existia salário-mínimo) para possibilitar a construção de moradias e foi responsável por projetos sobre esgotamento da periferia. Muito embora o simples fato dele lutar por melhorias socioeconômicas e contra o racismo, um acontecimento curioso é que, logo após sua cassação, a cadeira de Prefeito fora oferecida ao seu vice, Osvaldo Justo, um homem branco, descendente de espanhóis, advogado influente na cidade. No entanto, este recusou assumir a chefia do executivo municipal em solidariedade ao seu companheiro de chapa, Esmeraldo Tarquínio.

O recorte que precisamos fazer é um olhar cuidadoso, pois, a carreira política de Justo e Tarquínio foi muito similar, uma vez que, ambos eram membros fundadores do MDB, suas trajetórias políticas foram em prol de melhorias sociais para a população santista, porém, seus fenótipos eram diferentes, sendo Justo um homem branco

descendente direto de nossos colonizadores e Tarquínio, um homem preto retinto, nascido na cidade de São Vicente, a prima pobre de Santos.

O historiador Petrônio Domingos, em seu livro que aborda sobre **“O Protagonismo Negro em São Paulo”**, ao relatar sobre a importância histórica e política de Tarquínio e sua relevância na luta contra o racismo e a opressão militar na cidade de Santos, ele diz:

“No entanto, esse posicionamento audacioso resultou em uma consequência indesejada, pois foi utilizado como pretexto pelo governo militar para impedir a posse de Tarquínio à prefeitura de Santos, evento marcado para o dia 14 abril de 1969. Ele foi considerado subversivo pelo Conselho de Segurança Nacional e por isso perdeu seus direitos políticos por 10 anos, além do mandato de Deputado Estadual. Tarquínio já estava sob suspeição pelo menos desde 1965. Em junho desse ano, o então Deputado Estadual participou de um evento, que contava com a presença de várias autoridades militares. Nesse almoço, ao aceitar fazer um discurso, ele aproveitou a oportunidade para criticar o Exército. “Classificou-o de antidemocrático, racista, partidário de interesses estrangeiros e defensor do alto custo de vida”. O tenente coronel Rubens Fleury Varela se posicionou imediatamente, insultando o deputado, chamando-o de “negro subversivo” e insinuando que Tarquínio estaria vinculado ao comunismo russo” (DOMINGUES, 2004, p. 57).

Essa passagem de Tarquínio é só um exemplo dentre vários que aconteceram ao longo da história, que serve para elucidar o desprezo e ojeriza que os militares nutrem historicamente pela população negra no Brasil que, por vezes é manifestada por violência física, moral e política, quando não os sentenciam a pena de morte, sendo eles, os militares, os próprios juízes e executores da sentença. Não é surpresa alguma a falta de interesse do governador do Estado de São Paulo em aplicar de maneira eficiente e efetiva a Lei 11.645/2008 nas escolas da rede. O que se esperar de um gestor, militar da reserva do exército brasileiro que, ao assumir o governo do estado, deu carta branca à polícia militar para ceifar centenas de vidas negras, inclusive na cidade de Santos, nos bairros da Zona Noroeste, para ser mais específico. A violência policial, especialmente a violência militar é uma das heranças da ditadura e que claramente atingem um público com o fenótipo, nas palavras do tenente coronel Rubens Fleury Varela **“Negro Subversivo”**.

Para verificarmos como se dá na prática a implementação ou a tentativa de implementação de uma educação antirracista, no próximo capítulo, iremos entrevistar um grupo de estudantes das terceiras séries do ensino médio, lotados na EE. Professor Francisco Meira, situado no coração da Zona Noroeste de Santos e onde os estudantes pretos mais sofrem às consequências da violência policial, advindas pela não aplicabilidade de um pensamento antirracista na sociedade como um todo, haja vista que o ato de não se ensinar a cultura afro-brasileira e dos povos originários é por si só, um ato de violência, pois é uma eficaz forma de apagar personagens icônicos de nossa história, os quais, são mais parecidos com os flagelados de nossa pátria, do que os que a história contada pelos colonizadores impõe aos estudantes, geração pós geração.

Ao compreender a relevância histórica de figuras como Tarquínio e os desafios enfrentados pela população negra durante o regime militar, é possível perceber que as cicatrizes dessa opressão ainda se fazem presentes nas realidades contemporâneas. A violência e o apagamento das identidades negras na história brasileira, que se refletem na exclusão da cultura afro-brasileira do currículo escolar, são componentes de uma estrutura racista que permanece intocada, ou mesmo reforçada, em diversas esferas da sociedade, inclusive no sistema educacional.

Neste sentido, a educação antirracista se torna uma ferramenta crucial para a transformação social. Contudo, a realidade enfrentada pelos estudantes da EE. Professor Francisco Meira, localizada na Zona Noroeste de Santos, nos obriga a refletir sobre como essa educação está sendo efetivamente implementada. Em um contexto em que a população negra ainda é alvo de políticas de extermínio, como as promovidas pela violência policial, o papel da escola torna-se ainda mais central. A escola, ao omitir a história e a cultura afro-brasileira, perpetua um ciclo de invisibilidade e subordinação, colaborando para o silêncio sobre as trajetórias e contribuições essenciais dos negros no Brasil.

Assim, a pesquisa prática que será realizada com os estudantes das terceiras séries do ensino médio da EE Professor Francisco Meira visa explorar como esses jovens percebem a ausência de uma educação antirracista efetiva em seu cotidiano escolar e como a falta de representatividade e de um currículo inclusivo impacta suas identidades e vivências. Esse estudo busca compreender até que ponto o apagamento da cultura afro-brasileira na formação escolar contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e raciais, e como a implementação de uma educação

verdadeiramente antirracista pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No próximo capítulo, analisaremos uma pesquisa realizada com estudantes, ex-estudantes, docentes e gestores de ensino, residentes no lócus da pesquisa e regiões circunvizinhas. A pesquisa de campo buscou dialogar com pessoas pertencentes a vários setores da educação, de gerações distintas, com o intuito de compreender a visão que gerações diversificadas têm acerca da educação antirracista e do racismo propriamente dito, bem como sua propagação e perpetuação em nossa sociedade e, do quão importante é para as gerações atuais e futuras estudarem sobre a construção histórica e racial de nosso país.

3 CAPÍTULO 3

ANALISANDO RESULTADOS E DISCUSSÕES SOBRE A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA PROMOÇÃO DE UMA SOCIEDADE IGUALITÁRIA.

3.1 Do desenvolvimento e reflexões da pesquisa

A pesquisa de campo que discutiremos a partir deste capítulo, foi realizada com estudantes da Zona Noroeste de Santos e regiões circunvizinhas que enfrentam realidades similares, sobretudo ao que diz respeito as questões raciais. Ao todo, 17 pessoas entre estudantes e professores foram entrevistadas, com idades entre 18 e 73 anos, pardos, pretos e brancos, foram questionados sobre questões que variam desde como se identificam em relação a sua cor, até suas experiências frente ao racismo e como isso lhes afetou em sua construção enquanto indivíduo e sua leitura de mundo.

Ao todo foram 10 (dez) perguntas, sendo 6 (dissertativas) e 4 de alternativas, portanto, nesta pesquisa, as perguntas foram semiestruturadas com a finalidade de se obter profundidade das questões frente ao tema, de modo que a partir das respostas dos entrevistados, possa se obter uma leitura dinâmica e real sobre o tema da pesquisa e sua relação cotidiana entre as vivências de cada entrevistado e os escritos dos diversos autores utilizados para referenciar este trabalho.

Para difundir as perguntas, foi disponibilizado aos estudantes e professores, um link que direcionava às questões elaboradas no *google forms* e socializadas aos participantes via whatsapp, por ser um meio de comunicação comum entre todos os envolvidos. Antes de enviar o link com as perguntas, fizemos uma roda de conversa com os participantes, explicamos o objetivo das perguntas e consequentemente da pesquisa, bem como a relevância de se debater este tema nos dias de hoje, levando em consideração o contexto da escola pública e de nossa sociedade atual. Também fizemos nesta roda de conversa, uma linha do tempo para elucidar o desenvolvimento do país nos aspectos: *social, cultural e econômico*, e o papel da população negra para a consolidação do Brasil contemporâneo. Trouxemos para esta pesquisa as falas mais impactantes, dentre todas as respostas trazidas pelos entrevistados.

Esta conversa junto aos entrevistados foi importante para trazer um momento de reflexão e autocontextualização que os fez ter maior clareza em responder as perguntas propostas de maneira mais objetiva e embasada em suas vivências na escola pública, além de trazer à tona, o silêncio do poder público frente ao racismo estrutural e o apagamento histórico que por muito tempo negligenciou o papel do negro na construção do Brasil atual.

A identidade coletiva é sempre processo de construção. Só pode ser entendida levando em conta os contextos históricos e políticos. Tanto o silêncio sobre a cor como ética social, quanto a reivindicação da cor, hoje, como bandeira de luta, são frutos diferentes da presença difusa do racismo na sociedade brasileira em suas complexas relações com a memória do cativo. (MATTOS & ABREU, p. 158, 2012).

Momentos de reflexão e questionamentos sobre questões como o racismo histórico e estrutural, faz com que a memória acesse situações vividas que, na ocasião se passaram como brincadeiras ou piadas, passem a ser enxergadas hoje como situações de racismo recreativo e racismo velado ou até mesmo o racismo em sua essência mais cruel e preconceituosa. Quando se fala em complexas relações com a memória do cativo, Hebe Mattos e Martha Abreu nos fazem entender que é necessário compreendermos de modo geral a história e mazelas da escravidão, com todo seu sofrimento e dores, para que a luta contra o racismo e a construção de uma educação antirracista sejam pautas presentes, eficientes e efetivas em nossa sociedade por meio do processo educacional do ser humano.

Durante a pesquisa, algumas perguntas específicas foram realizadas para compreender como ocorrem os diálogos sobre o racismo nas escolas, bem como seu caráter formativo, visando verificar de forma prática a óptica dos estudantes frente a educação antirracista e como as instituições de ensino tratam o tema em discussão, para consolidação de uma educação antirracista efetiva, ou seja, que produza um efeito real no caráter formativo dos estudantes, com finalidade de execrar preconceitos e injustiças raciais através formação e informação, oportunizando uma educação crítica, analítica e propositiva, ajudando os professores e estudantes a combaterem de forma radical todos os casos e situações de racismo, sobretudo nos ambientes escolares.

Pedagogias de combate ao racismo e a discriminações, elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico-raciais positivas, têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (Diretrizes, 2005:16).

Conforme observamos nas Diretrizes e Bases da educação, propiciar debates pedagógicos sobre questões étnico-raciais, fortalecem os negros, despertando-os o sentimento de pertencimento e orgulho por suas origens ancestrais e desperta entre os brancos não apenas uma consciência negra, mas sim, uma amplitude em sua forma de enxergar a sociedade, reconhecendo as desigualdades sociais, econômicas e políticas que a população negra enfrenta cotidianamente. Desta forma, ações pedagógicas de letramento racial, consciência de classe, corroboram para a implementação de um pensamento antirracista para brancos e negros.

Um dos questionamentos feitos aos entrevistados foi: *Como você acha que o racismo afeta a sociedade e a escola que você estuda?* Uma das respostas à essa pergunta que chama a atenção foi a uma jovem preta de 18 anos, que responde da seguinte forma:

“O racismo impacta a sociedade ao perpetuar desigualdades sociais, exclusão e falta de representatividade. Na escola, ele afeta a autoestima dos alunos, gera exclusão e limita o aprendizado com currículos que ignoram a diversidade cultural e histórica. Isso prejudica tanto o desenvolvimento individual quanto a convivência coletiva.” Essa fala da jovem, traz à tona um fenômeno sociológico apontado por FERNANDES (2007), em que ele afirma ser em sua essência, político, sendo estruturada por uma classe dominante capaz de manter essa estrutura de tal forma que as classes dominadas se tornam incapazes de mudar este contexto.

O dilema social constitui um fenômeno sociológico essencialmente político. Ele tem raízes econômicas, sociais e culturais; produz efeitos ramificados em todas essas direções. Todavia, a sua própria existência só é possível graças certas estruturas de poder, que o tornam inevitável e necessário. E sua perpetuação, indefinida ou transitória, indica mais que isso, pois testemunha não só grupos, classes ou raças dominantes são capazes de manter tais estruturas de poder, mas que, ao mesmo tempo, grupos, classes e raças

submetidos à dominação são impotentes para impor sua vontade e corrigir a situação. (FERNANDES, 2007, p. 289).

É importante que os jovens estudantes saibam que as fronteiras raciais no Brasil não desapareceram com a abolição, na verdade, ensiná-los que é um erro pensar que a supremacia branca seja um dado histórico ou uma condição que já fora superada com o término da escravidão. Para se fomentar uma educação antirracista, é preciso ensinar que a economia de trabalho livre se deu sobre uma pauta pré-capitalista e colonial que determinou a organização de cada raça e suas posições nas classes sociais. Um exemplo prático disto, sobretudo quando falamos das determinações sociais de cada raça em nossa sociedade, é a fala da estudante, ao ser interpelada sobre ter sofrido ou testemunhado algum caso de racismo e seus sentimentos em face disto. Ela respondeu algo que muitos jovens pretos vivem diariamente em seu cotidiano:

“Já fui vítima, me afeta até hoje não posso sair sem documento, porque tem risco da polícia me parar. Não posso mexer na bolsa quando estou dentro de uma loja. Várias outras coisas que eu faço para não me acusarem de nada.”

A construção histórica e social do negro como cidadão de segunda classe é um dos fatores que colocam a juventude preta em situações como esta, narrada pela estudante acima. Este caso de temor registrado por essa jovem negra, trouxe-nos a lembrança uma reflexão de FREIRE (2021), onde ele discorre sobre o falso mito de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade e de que todos são livres para trabalhar onde querem, pois não lhes agradando o patrão, pode-se procurar outro emprego ou o mito de que esta “ordem” respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço, faz com que as pessoas acreditem piamente que, bastando não ser preguiçosos, podem ser empresários, normalizando péssimas condições de trabalho, sem direitos trabalhistas, fazendo-os acreditar que, por trabalhar para algum aplicativo, faz com que sejam empresários dando-lhes poder para gerenciar seu próprio tempo.

Todos estes mitos e mais outros que o leitor poderá acrescentar, cuja introjeção pelas massas populares oprimidas é básica para sua conquista, são levados a elas pela propaganda bem-organizada, pelos *slogans*, cujos veículos são sempre chamados “meios de comunicação com as massas” Como se o depósito deste conteúdo alienante nelas fosse realmente comunicação [...] Em verdade, finalmente, não há realidade opressora que não seja necessariamente antidialógica, como não há anti-dialogicidade em

que o polo dos opressores não se empenhe, incansavelmente, na permanente conquista dos oprimidos. (FREIRE, 2021, p.189).

Para desconstruir esses mitos históricos construídos por uma sociedade eurocêntrica, é importante que haja muito diálogo nas escolas, especialmente para clarificar pontos escusos que não são tratados nos livros didáticos. Segundo uma educadora entrevistada, mulher preta de 40 anos, uma das formas de se consolidar a educação antirracista é: *“Trabalhar a autoestima das crianças e adolescentes para entenderem que há diferenças e elas são lindas, independente de muitos com a mesma característica ou somente você”*. Além de se trabalhar a questão histórica, valorizando a ancestralidade e cultura dos povos africanos, é importante valorizar as diferenças, deixando claro que a desqualificação dos povos pretos foi uma construção ideológica que preconizava a diminuição e detrimento do povo preto para subjugar-lo e explorá-lo, pois, uma vez que se destrói a autoestima e autoconfiança, a dominação se dá de maneira mais fácil.

Outro estudante que participou da entrevista, um jovem de 18 anos, preto, ao falar sobre uma das formas de como o racismo afeta a sociedade, fez uma fala profunda que corrobora com a observação feita por sua Professora. Ele disse: *“O racismo afeta em tudo. Aquele que sofre racismo vira refém, não só dos opressores, como de si próprio”*. Falas como estas deixam claro quanto a importância de se trabalhar a autoestima das crianças e adolescentes, conforme salientado pela Professora. Em uma entrevista concedida ao portal Carta Capital, posteriormente repostada pelo portal Geledés, o Professor Kabengele Munanga, ao responder sobre a complexidade de se definir o negro no Brasil, deu a seguinte resposta: *“Por causa do modelo racista brasileiro, muitos afrodescendentes têm dificuldade em se aceitar como negros. Muitas vezes, você encontra uma pessoa com todo o fenótipo africano, mas que se identifica como morena-escuro. Os policiais sabem, no entanto, quem é negro. Os zeladores de prédios também”*.

Relacionando essa fala de Kabengele Munanga com a do estudante, quando ele diz que o que sofre racismo, além de se tornar refém de seus opressores, torna-se refém de si mesmo, pois em seu imaginário, ou em seu subconsciente, ser negro é algo desprezível, feio, portanto, sua concepção fenotípica é distorcida para que haja uma espécie de autoaceitação perante a sociedade. Ocorre uma espécie de alienação racial em decorrência a uma ideologia racista, que pregou massivamente uma inferiorização

do negro. Em virtude disto, há aqueles que, por vergonha, alienaram sua personalidade negra e buscaram, ou tentam buscar a salvação no branqueamento.

Muitos afrodescendentes incorporaram a inferioridade e alienaram a sua natureza humana. A conferência de Berlim de 1884, que resultou na invasão e divisão do território da África, assentou-se no discurso da inferioridade racial dos povos colonizados que, segundo seus formuladores, estariam destinados à desorganização política e ao subdesenvolvimento. O racismo moderno tem uma ligação peculiar com o colonialismo, conforme aponta WOOD (2011):

O racismo moderno é diferente, uma concepção mais viciosamente sistemática de inferioridade intrínseca e natural, que surgiu no final do século XVII ou início do século XVIII, e culminou no século XIX, quando adquiriu o reforço pseudo-científico de teorias biológicas de raça, e continuou a servir como apoio ideológico para opressão colonial mesmo depois da abolição da escravidão. (WOOD, 2011, p. 230).

Para ALMEIDA (2021), a consequência de práticas de discriminação direta ou indireta ao longo do tempo leva ao que ele chama de *estratificação social*, que basicamente é o percurso de vida de todos os membros de um grupo social, no caso o da população negra, incluindo sua ascensão social, sendo afetado por sua cor, raça e origem social e cultural. Este conceito apresentado por Almeida, pode ser evidenciado na prática pela fala de outra jovem entrevistada, de 19 anos, uma mulher preta, que trouxe a seguinte reflexão ao falar sobre as formas que o racismo afeta a sociedade: *“Afeta a sociedade, pois cria barreiras para Igualdade de oportunidades, além de marginalizar grupos de pessoas e trazer injustiças em geral. Na escola, ele pode se manifestar em atitudes preconceituosas entre estudantes ou até em práticas institucionais, o que afeta o bem-estar, tanto físico como emocional.”*

Podemos observar que o racismo é uma problemática estrutural que construiu o psiquê constituindo subjetivamente cada um de nós. Para romper com o racismo é necessário ser antirracista. É preciso ser antirracista em todos os momentos e em todos os lugares em que estivermos. Quando alguém compartilhar uma piada racista, torne-se um veículo de denúncia.

Obviamente, é preciso ser antirracista em todos os momentos e espaços que ocupamos na sociedade. No entanto, é na escola que se trabalha a formação humana. Ela é um complexo social fundamental na constituição social, pensando na coletividade,

quanto no aspecto individual a partir de nossa construção subjetiva. A respeito do papel da escola, Pinheiro aponta:

A escola é um complexo social fundamental no processo de transformação da realidade social; ela é influenciada pelo sistema, ao passo que, em contrapartida, também influencia, uma vez que forma as pessoas que vão ocupar e ajudar a construir todas as demais instâncias sociais. (PINHEIRO, 2023, p. 104).

Pensando desta forma, a escola precisa ser uma forte aliada no combate enfrentamento das opressões estruturais e estruturantes, fundamentalmente o racismo. Isto não é uma opção para a escola e tampouco para os educadores. Pode-se dizer que se trata de um dever e um compromisso histórico de ser antirracista. É preciso que os educadores pautem no ambiente escolar a equidade racial em toda sua estrutura, seja na construção curricular, na ocupação dos espaços de poder, fomentando o conhecimento ancestral dos povos africanos e indígenas, de modo a fomentar a leitura de literatura negra e indígena nas proposições didáticas, organizando programas de formação dos docentes por meio do letramento racial. Desta forma, haverá uma mudança de cultura, humanizando àqueles que ao longo de três séculos foram desumanizados, estereotipados e subalternizados, trazendo toda sorte de injustiças que culminaram em falas como as da estudante de 19 anos, que denuncia todas as desigualdades herdadas pela ideologia racista impregnada em nossa sociedade.

Um dos participantes de nossa pesquisa, um Professor negro de 52 anos, trouxe algumas contribuições que nos elucidam de como funciona a dinâmica do racismo estrutural na prática, bem como ele atua no imaginário de nossa sociedade e suas formas contraditórias que tornam o combate do racismo no Brasil algo complexo e desafiador. Abaixo, transcreveremos as impressões que o entrevistado apontou durante a entrevista, para compreendermos as reflexões relevantes que ele nos traz sobre o racismo e sua influência na sociedade e na escola.

A compreensão sobre o racismo, segundo a perspectiva de um indivíduo negro de 52 anos, é definida como um ato de depreciação motivado pela cor da pele ou pela etnia. Essa forma de discriminação é identificada tanto nas estruturas sociais quanto nas instituições educacionais. No contexto escolar, o racismo manifesta-se na formação familiar, no nível de aprendizado dos alunos e no modo como a equipe gestora e os

professores lidam com a temática. Já na sociedade em geral, o racismo se evidencia, principalmente, nas desigualdades nas oportunidades de trabalho.

O entrevistado relata ter sido vítima de racismo, tanto por parte de autoridades policiais quanto por meio de formas mais sutis, conhecidas como racismo velado, presentes em diversas instituições. Esses episódios, segundo ele, impactam negativamente a autoestima e o bem-estar emocional, deixando marcas internas difíceis de serem apagadas.

Em relação à abordagem do racismo nas escolas, o entrevistado afirma que, em sua experiência, o tema nunca foi tratado de forma direta em sala de aula. Apesar disso, reconhece que o debate tem se tornado mais frequente nos últimos tempos, embora considere que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a educação antirracista seja efetivamente consolidada nas práticas pedagógicas.

Como sugestão para melhorar a educação antirracista no ambiente escolar, destaca-se a necessidade de conscientização dos docentes, bem como uma formação mais qualificada para que estes possam abordar a temática de maneira eficaz. Essa preparação é vista como essencial para a promoção de um ambiente educacional mais justo e inclusivo.

Quando questionado sobre a igualdade de oportunidades entre pessoas negras e brancas no Brasil, o entrevistado é categórico ao afirmar que essa igualdade não existe. Apesar disso, sua opinião sobre o racismo na sociedade brasileira é ambígua: embora negue que o país, de forma geral, seja racista, reconhece que a sociedade da cidade de Santos, onde reside ou trabalha, apresenta traços evidentes de racismo. Inicialmente, a compreensão de racismo apresentada pelo entrevistado, ao defini-lo como um "ato de depreciação por conta da cor da pele ou etnia", reflete uma perspectiva individualizada do fenômeno. No entanto, autores como Almeida (2019) apontam que o racismo é um sistema estruturante das relações sociais, impactando a distribuição de oportunidades e direitos na sociedade. Essa concepção amplia a compreensão para além do ato individual, abordando o racismo como um elemento estrutural que perpassa instituições e relações sociais.

Ao ser questionado sobre o impacto do racismo na sociedade e na escola, o entrevistado menciona sua influência na formação familiar, no aprendizado dos alunos e na atuação de professores e gestores. Essa visão converge com estudos de Cavalleiro (2000), que demonstram como o racismo institucional afeta o desempenho escolar de crianças negras e a forma como são tratadas dentro do ambiente educativo.

A desigualdade no acesso às oportunidades de trabalho, mencionada pelo entrevistado, também está alinhada às análises de Hasenbalg (2005), que evidenciam a existência de barreiras estruturais que dificultam a ascensão social da população negra no Brasil.

O relato de vivência de racismo por parte de autoridades policiais e de um "racismo velado" nas instituições reforça o argumento de que o preconceito racial se manifesta de formas diversas, tanto de maneira explícita quanto sutil. Conforme enfatiza Carneiro (2005), o racismo institucional opera de modo silencioso, dificultando a denúncia e a responsabilização dos agentes envolvidos. O impacto na autoestima relatado pelo entrevistado demonstra a dimensão psicológica da discriminação racial, aspecto amplamente discutido por Fanon (2008) em sua obra sobre os efeitos psíquicos do racismo na identidade dos sujeitos negros.

O fato de o entrevistado afirmar que nunca presenciou um debate direto sobre racismo em sala de aula é preocupante, pois evidencia uma lacuna na implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo Gomes (2017), a resistência de professores em abordar o tema pode estar associada à falta de formação específica e à reprodução de um currículo eurocentrado que minimiza as contribuições das populações negras.

Em relação às ações da escola para promover a educação antirracista, o entrevistado reconhece avanços, mas aponta a necessidade de maior capacitação dos docentes. Esse posicionamento reforça a importância da formação continuada de professores para que possam desenvolver práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial. Como destacam Munanga e Gomes (2006), a superação do racismo na escola depende de um engajamento coletivo e institucional, que vá além de eventos pontuais e se materialize em uma prática educativa cotidiana e crítica.

Por fim, a contradição entre a resposta à pergunta sobre a existência de racismo na sociedade brasileira ("não") e a afirmação de que a sociedade santista é racista sugere um fenômeno comum em discursos sobre raça: a dificuldade de reconhecer o racismo como um problema estrutural no país, ao mesmo tempo em que se percebem suas manifestações locais e cotidianas. Esse paradoxo pode ser explicado pela ideologia da democracia racial, que, ainda influencia o imaginário coletivo e dificulta a compreensão da profundidade do racismo no Brasil.

3.2 Perspectivas E desafios na construção de uma educação antirracista na Zona Noroeste de Santos.

O fortalecimento da educação antirracista na Zona Noroeste de Santos depende de uma série de fatores, entre eles o maior apoio do poder público, o investimento em infraestrutura escolar e a ampliação das formações voltadas para professores. Além disso, é necessário que o tema do racismo seja discutido não só dentro das escolas, mas em toda a comunidade, criando uma rede de apoio entre pais, alunos e educadores.

Iniciativas de educação antirracista devem ser vistas como um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Ao reconhecer a importância da identidade negra e enfrentar o racismo de forma estrutural, a Zona Noroeste pode se tornar um exemplo de transformação social por meio da educação.

A educação antirracista na Zona Noroeste de Santos é uma ferramenta poderosa na luta contra o racismo estrutural e na promoção da inclusão social. Embora os desafios sejam muitos, as iniciativas em curso demonstram que é possível criar um futuro mais equitativo, onde todas as crianças e jovens possam ter acesso a uma educação que valorize sua história e cultura. Para isso, é fundamental que a sociedade civil, o poder público e os educadores se unam em prol de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora. Alguns destes agentes já estão se mobilizando para intervir de maneira significativa, visando reparar as diversas injustiças que a população negra sofreu ao longo dos anos na cidade de Santos, sendo um destes exemplos o vereador Chico Nogueira, do PT de Santos, que em novembro de 2022, elaborou o PL – Projeto de Lei, nº 346/2022 que foi sancionado pelo Prefeito Rogério Santos em 09 de abril de 2024 como a Lei municipal nº 4.464, que institui o ***“Atlas para Promoção da Igualdade Racial em Santos”***. A ideia é que este atlas contenha dados relativos à condição da população negra no Município de Santos e assegura a divulgação e o acesso às informações contidas neste instrumento, com a finalidade de elaborar políticas públicas direcionadas a população negra de forma mais eficiente e efetiva.

O racismo que sempre esteve presente na sociedade santista, na maioria das vezes de forma sutil e velada, ao ponto de permitir que as pessoas, apesar das denúncias do movimento negro, acreditassem na falácia da democracia racial. Atualmente, principalmente graças ao incentivo do ex-Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, o racismo saiu da obscuridade escondida na mente das pessoas que não se

manifestavam como racistas, por vergonha, porém, após o aval do ex-chefe do executivo nacional, hoje se manifestam abertamente em todos os ambientes sem nenhum medo das punições impostas pela Lei que o classifica como crime inafiançável.

Ao mesmo tempo, constatamos o fortalecimento da consciência de nosso povo negro sobre seu pertencimento racial, e sua reação de não aceitação do racismo, com denúncias que têm gerado grandes manifestações coletivas e conquistado a solidariedade de parte da população não negra, que também sonha com um país onde todas e todos sejam verdadeiramente cidadãos e cidadãs. Aqui, vale parafrasear Martin Luther King, quando ele disse que nem todo preto é seu irmão, nem todo branco é seu inimigo. Para a construção de um Brasil livre de racismo, preconceito e todas as formas de discriminação as casas legislativas têm importância fundamental na proposição de Leis que sirvam de suporte para a elaboração de políticas públicas de combate ao racismo.

Conhecer a realidade para subsidiar essas políticas públicas que visem fomentar os direitos da população negra é de suma importância para possibilitar a direção e aplicação dos recursos disponíveis nas áreas de maior demanda e necessidade. É importante ainda, o estabelecimento de canais de comunicação entre as diversas áreas da administração do Município, do Estado de São Paulo, do Governo Federal e instituições não governamentais, relativos a sanar as desigualdades entre brancos e negros. Vale ressaltar que é de suma importância sanar a dificuldade de acesso a dados confiáveis e periódicos sobre a desigualdade racial em Santos, haja vista que o município não dispunha até a sanção desta lei, de mecanismos confiáveis para que fosse possível planejar políticas de combate à discriminação, às doenças, crimes e a violência que atinge majoritariamente a população negra.

Por fim, é importante que a sociedade disponha de um instrumento de avaliação das políticas em curso e atuação do poder público nas áreas de interesse dessa população, uma vez que, há diversas leis que visam exequir o combate ao racismo, porém, não são colocadas em prática. Um exemplo disto é a aplicabilidade da Lei 11.645 de 2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas de educação básica, porém, muito embora haja a inserção desta pauta no currículo paulista, bem como alguns recursos didáticos, isto não é aplicado efetivamente nas escolas estaduais na cidade de Santos, conforme veremos mais à frente no próximo capítulo.

Muito embora haja legislações que visam execrar o racismo e, em específico à educação, exista a BNCC, que normatiza o currículo, há algumas observações que precisam ser feitas para que a implementação de uma educação antirracista ocorra de maneira eficiente na Zona Noroeste de Santos. É importante ressaltar que na ZN existem escolas das redes municipais e estaduais, e ambas precisam aplicar de igual maneira à inclusão dos conteúdos sobre a história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros. Para que isso ocorra, é preciso observar algumas contradições e desafios na aplicação conjunta destas diretrizes.

A BNCC estabelece diretrizes curriculares que as escolas devem seguir, porém, na prática, sua implementação pode ser limitada por condições locais, tais como: falta de formação de docentes, falta de recursos que acabam impactando na eficácia dos temas tratados na Lei 11.645/2008. Muito embora a presente lei exija o ensinamento da história e cultura dos povos afro-brasileiros e indígenas, a BNCC menciona a importância destes temas, porém não detalha suficientemente como integrá-los de forma mais aprofundada e contínua ao longo das diferentes etapas do ensino. O que pode parecer que ao ser elaborada, ela não visava tratar o tema com a sua necessária relevância.

Outra questão é, por mais que a BNCC prescreva os conteúdos e competências necessárias para implementação da Lei 11.645/2008, no entanto, muitas vezes os professores não possuem formação adequada ou suficiente para tratar os temas raciais e indígenas, criando assim um hiato entre o currículo previsto e a prática pedagógica efetiva. Também é importante deixar claro que a lei sugere uma abordagem interdisciplinar, enquanto a Base Nacional Comum Curricular tende a organizar os conteúdos como disciplinas específicas, o que acaba limitando a integração ampla desses temas no currículo escolar. Uma forma de superar essas contradições, seria o investimento sistemático na formação continuada dos docentes, promovendo materiais didáticos adequados agregados ao desenvolvimento de estratégias pedagógicas que integrem efetivamente a lei nas práticas escolares cotidianas.

"A Lei 11.645/08 estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena e afro-brasileira, mas a BNCC, embora reconheça essa importância, acaba tratando essas questões de forma superficial. Fica a impressão de que há uma tentativa de cumprir a legislação, mas sem a profundidade necessária para transformar práticas pedagógicas."

(Silva, Edson Caetano da. Referência a debates críticos sobre a implementação da BNCC e as demandas da Lei 11.645/2008)

Silva em sua citação reforça a ideia de que a Base Nacional menciona superficialmente a importância da obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena para tão e somente com a finalidade de atender a legislação e não ao seu propósito efetivo, ou seja, valorizar os povos nativos e a população negra e reconhecer seu papel histórico na construção da sociedade brasileira, para que desta forma, nossas crianças e jovens aprendam a admirar e não a odiar àqueles que desde a fundação do Brasil sofrem com o descaso e as mazelas que isso acarretou à eles e aos seus descendentes até os dias atuais.

O Estado de São Paulo, sob a Direção do Governador Tarcísio de Freitas, não tem uma política ampla e definida direcionada a implementação de uma educação antirracista nas escolas estaduais de São Paulo. As ações do governo são focadas nas parcerias público-privadas e na implementação das escolas cívico-militares, algo que tem gerado desconforto sobre suas implicações para a inclusão e a diversidade. As ações do governo do Estado têm sido criticadas pela falta de foco às questões de cunho social e pela falta de diálogo com as comunidades mais vulneráveis, como a população negra e periférica do Estado de São Paulo. Infelizmente, no Estado de SP, a abordagem sobre educação antirracista está por conta das iniciativas municipais, como o currículo da cidade de Santos, outrora mencionado, que traz orientações pedagógicas focadas na promoção de vivências antirracistas e na obrigatoriedade do cumprimento da Lei. 11.645/2008.

Em suma, enquanto o governo estadual sob a direção do Governador Tarcísio prioriza políticas estruturais e de privatização, a implementação de uma educação voltada para o combate do racismo nas escolas tem sido impulsionada por atores municipais que visam integrar essas práticas nas salas de aula. É importante ressaltar que a Zona Noroeste de Santos conta com 15 escolas estaduais, oferecendo ensino fundamental e médio, ou seja, milhares de alunos da rede estadual não tem efetivamente uma formação antirracista de qualidade e consistente ofertada pelo Estado de São Paulo, pois isso não está na pauta do governo.

3.3 Os desafios da implementação de uma educação antirracista frente a instrumentalização da educação como estratégia de perpetuação das desigualdades sociais.

A Zona Noroeste de Santos, como lócus da pesquisa, mostrou-se um espaço emblemático das contradições e desafios enfrentados pela população negra no Brasil. A região, marcada por desigualdades socioeconômicas e pela violência policial, é também um território de resistência e luta por direitos. As iniciativas de educação antirracista, embora ainda incipientes, apontam para a possibilidade de transformação social por meio da valorização da cultura afro-brasileira e do enfrentamento do racismo estrutural.

Por fim, esta dissertação reforça a urgência de políticas públicas que promovam a equidade racial e a justiça social, tanto no âmbito educacional quanto em outras esferas da sociedade. A educação antirracista deve ser entendida como um projeto político e coletivo, que envolva não apenas a escola, mas toda a comunidade. A luta contra o racismo exige um compromisso ético e político com a desconstrução das estruturas de poder que perpetuam as desigualdades, e a educação tem um papel central nesse processo.

A educação antirracista é essencial para superar heranças escravagistas persistentes no Brasil. A luta pelos direitos dos povos negros e indígenas está intrinsicamente ligada a essa necessidade de reconhecimento e valorização, pois ambos os grupos compartilham histórias de opressão e resistência. A unificação dessas lutas pode fortalecer a promoção da igualdade social, garantindo que todos possam se reconhecer como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias.

Acreditamos que, ao valorizar as identidades e as histórias dos grupos racializados, a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos e todas possam se reconhecer como sujeitos de direitos e protagonistas de suas próprias histórias. A implementação de uma educação antirracista efetiva é, portanto, não apenas uma necessidade, mas uma urgência para a promoção da igualdade social e a superação das heranças coloniais e escravistas que ainda marcam o Brasil contemporâneo.

Historicamente, houve um momento em que os cientistas sociais acreditavam que a ascensão social constitui um indivíduo de ausência de preconceito e de discriminação racial. Essa crença parecia óbvia, uma vez que o sistema de castas abolia a mobilidade vertical social e impunha as pessoas de classes sociais diferentes, que entrassem em complicados rituais de purificação. Entretanto, o longo da história, várias pesquisas feitas em sociedades distintas, evidenciaram que o preconceito e a discriminação racial dificultam a ascensão de minorias étnicas ou raciais. No entanto, ela pode ocorrer sem que o preconceito e a discriminação desapareçam.

O que podemos extrair desse pano de fundo, é o fato de que a população negra e indígena brasileira ainda não atingiram um nível que favoreça sua rápida e efetiva integração às estruturas ocupacionais, sociais e culturais, criadas em conexão com a emergência e a expansão do capitalismo. Ou seja, quando eles apresentam indícios de adaptação favorável, estamos diante de estruturas ocupacionais e socioeconômicas que não foram afetadas pelas transformações ocorridas ao longo do tempo ou de novas estruturas, que absorvem a mão de obra sem qualificações especiais e sem melhores perspectivas. Em outras palavras, a ascensão social, ou o que parece ser ascensão social par negros e indígenas, muitas vezes não passa de mera incorporação ao sistema de classes. Na realidade, a verdadeira ascensão social, dentro do sistema vigente, ainda não se organizou para eles, como um processo histórico e uma realidade coletiva.

Conforme falamos ao longo dessa pesquisa, a ascensão social de negros e indígenas no Brasil, só se dará a partir de uma educação antirracista real, que transpasse os escritos e a legislação vigente, haja vista que a aplicabilidade das leis raciais na prática não se efetiva da forma que fora idealizada. Para rompermos o abismo racial existente no país, é necessário romper com aquilo que Paulo Freire denunciava, isto é, a educação bancária.

Para Freire, essa forma de ensino reproduz a lógica da opressão ao tratar os educandos como recipientes passivos, a quem cabe apenas memorizar e reproduzir conteúdos impostos, sem considerar seus contextos históricos, sociais e culturais. Quando pensamos na ascensão social de negros e indígenas, uma educação que ignora as vivências desses grupos — limitando-se à transmissão de informações sem conexão com suas realidades — contribui para perpetuar o racismo estrutural e as desigualdades que ele produz.

Nesse sentido, promover uma educação antirracista significa justamente romper com a lógica bancária e adotar uma perspectiva libertadora, baseada no diálogo, na escuta e na valorização dos saberes dos sujeitos historicamente marginalizados. Como afirma Freire, “*ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção*” (FREIRE, 2013). A efetivação de uma educação antirracista, portanto, exige práticas pedagógicas que questionem o racismo institucionalizado e estimulem a consciência crítica dos educandos, especialmente os pertencentes a grupos étnico-raciais subalternizados.

Além disso, autores como Nilma Lino Gomes (2017) reforçam que uma educação verdadeiramente antirracista deve ser pautada pela valorização das identidades

negras e indígenas, pelo combate aos estereótipos e pela inclusão de narrativas históricas que contemplem a pluralidade cultural brasileira. Isso só é possível com a superação de métodos pedagógicos tradicionais e autoritários que invisibilizam essas vozes. Portanto, romper com a educação bancária é também um passo indispensável para romper com o abismo racial que marca a história do Brasil.

Desta forma, esta superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora, com que, objetivando-a, simultaneamente atuam sobre ela [...] por isso, inserção crítica e ação já são a mesma coisa. Por isto também é que o mero reconhecimento de uma realidade que não leve a esta inserção crítica (ação já) não conduz a nenhuma transformação da realidade objetiva, precisamente porque não é reconhecimento verdadeiro. Este é o caso de um “reconhecimento” de caráter puramente subjetivista, que é antes o resultado da arbitrariedade do subjetivista, o qual, fugindo da realidade objetiva, cria uma falsa realidade “em si mesmo”. E não é possível realizar a realidade concreta na realidade imaginária. (FREIRE, 2021, p. 53).

A citação de Paulo Freire ressalta um aspecto fundamental de sua pedagogia: a necessidade de uma inserção crítica e ativa na realidade para que haja verdadeira transformação social. Para Freire, não basta reconhecer intelectualmente as opressões — como o racismo, por exemplo — se esse reconhecimento não se traduz em uma ação concreta sobre o mundo, voltada à transformação dessa realidade. O autor alerta contra um “reconhecimento subjetivista”, que permanece no plano da abstração e não compromete o sujeito com a mudança. Tal atitude seria ilusória, pois se limita à criação de uma realidade imaginária, sem eficácia prática.

Essa crítica encontra ressonância no pensamento de Nilma Lino Gomes (2017), quando ela defende que uma educação antirracista precisa ir além do discurso e das boas intenções. Para Gomes, é essencial a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a valorização das identidades negras e indígenas, a desconstrução dos estereótipos e o enfrentamento do racismo institucional. Isso exige, como diria Freire, uma *inserção crítica na realidade opressora*, na qual educadores e educandos atuam conscientemente para modificar a estrutura social e educacional que naturaliza a exclusão racial.

Assim, a ação pedagógica que Gomes propõe é uma concretização do que Freire chama de “**ação já**”: um envolvimento ativo com a realidade objetiva, que não se contenta com o diagnóstico das injustiças, mas mobiliza sujeitos históricos para sua superação. Ambos os autores convergem na defesa de uma educação engajada, transformadora e enraizada no compromisso com a emancipação dos oprimidos.

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola [...] Quando mais me torno rigoroso na minha prática de conhecer tanto mais, porque crítico, respeito, devo guardar pelo saber ingênuo a ser superado pelo saber produzido através do exercício da curiosidade epistemológica. (FREIRE, 1996, p.64).

O parágrafo apresentado anteriormente, destaca a convergência entre Nilma Lino Gomes e Paulo Freire em torno de uma proposta pedagógica que vai além da denúncia das injustiças sociais, buscando envolver os sujeitos em práticas concretas de transformação. A noção de “ação já”, de Freire, implica um compromisso imediato e ativo com a superação das opressões. Essa concepção dialoga diretamente com a citação de Freire, na qual ele afirma que não é possível respeitar verdadeiramente os educandos se não considerarmos as condições concretas de suas existências e os saberes que carregam — os “conhecimentos de experiência feitos”. Para Freire, a prática pedagógica deve ser crítica e respeitosa, reconhecendo o saber prévio dos estudantes, mas ao mesmo tempo tencionando-o a partir do exercício da curiosidade e da produção do conhecimento científico e político.

Essa perspectiva, no entanto, entra em choque com a lógica atualmente dominante na educação pública do Estado de São Paulo, marcada pela *plataformização do ensino*. O modelo imposto por meio de plataformas digitais padronizadas (como o Centro de Mídias SP, Sala do Futuro, Matific, Kahn Academy e o uso intensivo de roteiros e videoaulas pré-formatadas) acaba por enfraquecer a autonomia docente e silenciar os saberes e vivências dos estudantes. Trata-se de uma forma de ensino que desconsidera as realidades locais e históricas dos sujeitos da escola, reforçando uma lógica tecnocrática e conteudista que esvazia o sentido crítico e transformador da educação. Para Freire, o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo, ou seja, a essência da prática docente está na relação dialógica com os estudantes. Isso significa que ensinar não é um ato solitário, introspectivo ou autorreferente, mas sim uma atividade relacional, situada, em que o professor se engaja com os saberes, as vivências e as necessidades dos educandos. Em outras palavras, o professor não ensina para si mesmo, nem para cumprir um protocolo,

mas para e com os estudantes — reconhecendo-os como sujeitos ativos no processo educativo.

Essa perspectiva se opõe frontalmente à lógica da plataformização da educação, como tem ocorrido em larga escala na rede estadual de ensino de São Paulo. Ao transformar o ato de ensinar em mera execução de tarefas previamente definidas por roteiros digitais e videoaulas padronizadas, o modelo de plataformização rompe o vínculo vivo entre professor e aluno, convertendo o docente em um aplicador de conteúdos e o estudante em um receptor passivo. Com isso, o professor deixa de atuar em diálogo com a realidade concreta dos alunos e passa a interagir majoritariamente com a plataforma — um ambiente tecnoburocrático que pouco considera as diversidades culturais, raciais e territoriais das comunidades escolares.

Esse distanciamento é um dos maiores entraves à educação antirracista, que pressupõe escuta, reconhecimento e valorização das histórias e identidades negras, indígenas e periféricas. Sem a presença ativa do professor como mediador crítico e sensível às realidades do seu território, perde-se a potência pedagógica de desnaturalizar o racismo estrutural e de promover o empoderamento dos sujeitos historicamente silenciados. A educação antirracista exige envolvimento afetivo, escuta ativa e construção coletiva de saberes — elementos que não cabem no modelo frio e automatizado das plataformas, que prioriza a produtividade e o controle em detrimento do encontro pedagógico real. Portanto, afirmar que o trabalho do professor é com os alunos é também denunciar o esvaziamento da função docente provocado pela plataformização, e defender uma educação que, para ser verdadeiramente transformadora e antirracista, precisa ser relacional, contextualizada e dialógica.

Ao seguir essa lógica, a política educacional paulista tende a perpetuar uma educação rasa, que opera por meio da transmissão mecânica de conteúdos, desarticulada dos debates sociais, como o combate ao racismo estrutural. A educação antirracista, conforme defendida por autores como Nilma Lino Gomes, exige um currículo que reconheça a centralidade da questão racial na formação da sociedade brasileira e promova o protagonismo negro. No entanto, o modelo padronizado e descontextualizado que vigora impede essa abordagem crítica, dificultando a efetivação de práticas pedagógicas que valorizem a identidade, a história e a cultura dos estudantes negros e indígenas, além de reproduzir desigualdades ao não considerar as condições materiais e simbólicas diversas dos educandos.

Assim, uma crítica consequente à plataformização da educação paulista deve ir além da discussão técnica e evidenciar o quanto esse modelo representa um obstáculo à implementação de uma educação emancipadora e antirracista, como a defendida por Freire e Gomes. O debate sobre as tecnologias educacionais não pode se limitar à sua eficácia instrumental. A análise crítica proposta exige que se ultrapasse a superfície da discussão sobre “funcionalidade” ou “acesso” às plataformas digitais, para se alcançar o núcleo político e ideológico do modelo educacional que elas promovem.

A plataformização da educação, na forma como tem sido implementada pelo Estado de São Paulo, não é neutra nem meramente uma resposta à modernização. Ela carrega uma visão tecnocrática de ensino, na qual o conhecimento é reduzido a pacotes de conteúdos e o professor a um executor de instruções. Isso sufoca a dimensão formativa, crítica e libertadora da educação, que é central no pensamento de Paulo Freire que defende uma pedagogia comprometida com a justiça social, com a escuta dos oprimidos e com o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais.

No entanto, a lógica da plataformização silencia as vozes plurais dos sujeitos escolares, esvaziando o currículo de suas possibilidades de problematização e luta. A padronização imposta ignora o contexto histórico dos estudantes, desmobiliza a ação docente crítica e, sobretudo, inviabiliza práticas pedagógicas que poderiam ser antirracistas, uma vez que o modelo não admite rupturas com a normatividade hegemônica. A tecnologia, nesse formato, não emancipa — ela administra e controla.

Creio poder afirmar, na altura destas considerações, que toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter *diretivo*, objetivo, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua *politicidade*, qualidade que tem prática educativa de ser *política*, de não poder ser neutra. (FREIRE, 1996, p.70).

A citação de Paulo Freire clarifica que toda prática educativa é, por natureza, uma prática política, porque envolve sujeitos históricos, escolhas metodológicas, conteúdos com intencionalidades e, sobretudo, projetos de mundo. A educação, portanto, não é neutra: ela pode servir à manutenção do status quo ou à transformação das estruturas sociais. Quando Freire diz que “quem ensina aprende, e quem aprende ensina”, ele destaca o caráter dialógico do processo educativo — em que há troca, construção coletiva de saberes e valorização dos sujeitos.

Essa compreensão freiriana tem profunda conexão com a educação antirracista, pois esta exige uma prática pedagógica intencionalmente voltada à reparação histórica, ao reconhecimento das violências do racismo estrutural e à afirmação de identidades negras e indígenas. A educação antirracista não é um “tema” ou um “projeto adicional”: ela é parte de um projeto político de sociedade mais justa, que busca modificar as condições concretas de exclusão e marginalização vividas por esses grupos. Portanto, ela está diretamente ligada à projeção social e econômica da população negra e indígena — ao abrir caminhos para o acesso à cidadania plena, à dignidade, à universidade, ao mundo do trabalho com direitos, à autoestima e ao pertencimento.

No entanto, a política educacional do Estado de São Paulo, ancorada na plataformização do ensino, representa um claro esforço de desmantelamento da educação como prática crítica e libertadora. Ao transformar o processo pedagógico em uma sucessão de transmissões unilaterais via roteiros e vídeos prontos, o Estado esvazia a prática docente de seu caráter formativo e político. A relação viva entre sujeitos é substituída por interações automatizadas; o currículo é pasteurizado; o tempo escolar se reduz a cumprir metas; e a escuta dos estudantes, necessária para a construção de uma pedagogia antirracista, é praticamente eliminada.

O resultado é a impossibilidade de concretização da utopia freiriana em sala de aula. Como promover o diálogo sobre ancestralidade, território, desigualdade racial, genocídio da juventude negra ou epistemologias indígenas dentro de um sistema que exige cumprimento mecânico de roteiros e desconsidera as vivências dos estudantes? O ensino padronizado impede a escuta do saber da favela, do quilombo, da aldeia. E sem essa escuta, não há prática pedagógica antirracista possível.

Portanto, diante da tentativa estatal de esvaziar a educação de sua politicidade, é urgente reafirmar a prática educativa como lugar de luta, utopia e transformação como quer Freire e defender uma escola que se posicione claramente no combate ao racismo e na construção de um futuro em que negros e indígenas possam não apenas resistir, mas projetar-se social e economicamente em liberdade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação buscou analisar a importância da educação antirracista como mecanismo de promoção da igualdade social, com foco na realidade da Zona Noroeste da cidade de Santos, SP. A pesquisa evidenciou que o racismo estrutural, enraizado na sociedade brasileira, continua a impactar profundamente a vida de estudantes negros e pardos, especialmente em regiões periféricas como a Zona Noroeste. A análise realizada demonstrou que, apesar dos avanços legais, como as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a implementação de uma educação verdadeiramente antirracista enfrenta desafios significativos, desde a falta de formação docente até a resistência cultural e institucional.

A pesquisa destacou que a educação antirracista não se limita à inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Ela deve ser entendida como uma prática pedagógica transformadora, que promova a desconstrução de preconceitos, o reconhecimento dos privilégios brancos e a valorização das identidades negras. A escola, como espaço de formação cidadã, tem o potencial de ser um ambiente de resistência e reinvenção, onde os estudantes possam desenvolver uma consciência crítica sobre as dinâmicas de poder e opressão que estruturam a sociedade.

Os resultados da pesquisa de campo realizada com estudantes da EE. Professor Francisco Meira reforçaram a necessidade de uma abordagem mais profunda e contínua das questões raciais no ambiente escolar. As falas dos entrevistados evidenciaram que o racismo afeta não apenas a autoestima e a identidade dos estudantes negros, mas também suas perspectivas de futuro e suas oportunidades de ascensão social. A falta de representatividade e a invisibilização das contribuições históricas dos povos negros e

indígenas no currículo escolar contribuem para a perpetuação das desigualdades raciais e sociais.

A Zona Noroeste, como lócus da pesquisa, revelou-se um território emblemático das contradições vividas pelas populações negras e periféricas. Ao mesmo tempo em que carrega marcas profundas de desigualdade, violência e abandono estatal, é também um espaço de resistência, de produção de saberes e de luta por justiça social. Nesse sentido, reafirmamos a importância de se compreender a educação como uma ferramenta estratégica na luta contra o racismo estrutural, o que só será possível por meio de uma pedagogia comprometida com a escuta, com o diálogo e com a valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Inspirados pelo pensamento de Paulo Freire, reconhecemos que a educação é sempre um ato político. Freire (1996) nos alerta que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 47). Essa construção só é possível quando se respeita a trajetória dos educandos, seus saberes prévios e sua inserção concreta no mundo. Assim, uma educação antirracista não pode ser reduzida a um conteúdo a ser ensinado em datas comemorativas, mas deve ser um princípio orientador de toda a prática pedagógica, que vise a transformação social e a construção de uma sociedade mais justa.

Nesse mesmo sentido, Nilma Lino Gomes (2017) aponta que a luta por uma educação antirracista deve perpassar toda a estrutura escolar, desde o currículo até as práticas cotidianas de ensino e aprendizagem. Para ela, a inclusão das narrativas e epistemologias negras e indígenas no ambiente escolar é condição necessária para que se promova o reconhecimento da diversidade e a construção de novos referenciais identitários. A educação, portanto, deve ser um espaço de disputa de sentidos, de afirmação das culturas silenciadas e de promoção de uma cidadania plena e efetiva.

Um dos aspectos mais preocupantes observados nesta pesquisa foi o processo de **plataformização da educação pública paulista**, caracterizado pela adoção de sistemas digitais de ensino que centralizam, padronizam e automatizam o processo pedagógico. Ferramentas como o Centro de Mídias SP, Sala do Futuro e roteiros digitais engessados têm substituído a autonomia docente e enfraquecido o caráter dialógico da prática educativa.

Ao analisarmos essas políticas sob o olhar freiriano, identificamos que elas se alinham à lógica da “educação bancária” criticada por Freire (1996), onde o professor se torna mero transmissor de conteúdos e o estudante um recipiente passivo. Esse modelo

desconsidera as realidades locais, culturais e raciais dos estudantes, inviabilizando qualquer esforço real de educação emancipadora e antirracista.

A imposição de um currículo padronizado, sem espaço para escuta e sem respeito às vivências dos estudantes, esvazia o sentido transformador da escola. Como alerta Freire (2021), “não é possível realizar a realidade concreta na realidade imaginária” (p. 53). Em outras palavras, não se pode combater o racismo estrutural com um modelo pedagógico que ignora a experiência histórica das vítimas desse sistema.

A educação antirracista exige mais do que boa vontade: ela demanda um compromisso ético e político com a transformação social. Esse compromisso passa pela valorização das histórias dos povos negros e indígenas, pelo combate à naturalização das desigualdades e pela construção de uma nova consciência coletiva.

Conforme destacado por Gomes (2017), a implementação de uma educação antirracista eficaz exige práticas pedagógicas que enfrentem os estereótipos raciais e promovam o reconhecimento das contribuições históricas e culturais dos povos racializados na formação do Brasil. Essa valorização, no entanto, só é possível em um modelo educacional que reconheça o professor como um agente de transformação, e o estudante como sujeito histórico, portador de saberes.

Ao enfraquecer a relação entre professor e aluno, a plataforma desumaniza o processo de ensino e retira dele sua capacidade de diálogo e escuta. Isso compromete diretamente a capacidade da escola de promover o pertencimento, a autoestima e a projeção social de estudantes negros, indígenas e periféricos — pilares essenciais para a superação do racismo.

Como afirma Freire (1996), “toda prática educativa demanda objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade”. Não se pode pensar em uma educação transformadora sem que ela esteja ligada a um projeto de sociedade que busque a equidade racial, a justiça social e a emancipação dos oprimidos. Nesse sentido, é urgente que educadores, pesquisadores e gestores públicos se comprometam com a construção de uma escola que vá além da reprodução das desigualdades e que atue como espaço de reinvenção do mundo. Isso implica o rompimento com modelos educacionais autoritários, conteudistas e tecnocráticos — como o que vem sendo implementado pela política educacional paulista — e a defesa de um currículo antirracista, contextualizado e libertador.

O futuro da educação antirracista passa por essa escolha: entre um ensino voltado à reprodução do status quo e um ensino comprometido com a construção de um

Brasil onde negros e indígenas não apenas resistam, mas possam viver plenamente, com dignidade, liberdade e pertencimento.

5 REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

ABREU, Martha. O caso do Bracuhy. In: Mattos, Hebe; SCHNOOR, Eduardo (Org.). *Resgate: uma janela para oitocentos*. Rio de Janeiro: TopBooks, 1995.

ACERVO DIGITAL: Esmeraldo Tarquínio: um resistente - Acervo Digital FUG: <https://acervofug.online/galeria/esmeraldo-tarquinio-um-resistente/#arquivos> (acessado em 25/10/2024).

ALMEIDA, Silvio Luiz De: *Racismo Estrutural*/ Silvio Luiz de Almeida- São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. 4. Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980, p. 18.

BONILLA-SILVA, E. (2006). *Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in America*. Rowman & Littlefield.

BRASIL. (2017). Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. [Disponível em: <http://www.bndc.gov.br>](<http://www.bndc.gov.br>)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.7639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: outubro de 2024.

BRASIL. (2008). Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. [Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2008/111645.html]

CARNEIRO, Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 2005.

CARVALHO, Alfredo M. A Formação dos Bairros Populares em Santos: Um Estudo Sobre a Zona Noroeste. Santos: Editora Caiçara, 2011.

CAVALLEIRO, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2000.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac, 2004.

Esquerda Online. São Paulo: A educação pública é o maior alvo do governador Tarcísio. Publicado em 08 de outubro de 2024. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br>.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo. São Paulo: Editora Ubu, 2020.

FARIAS, Jordão. A identidade negra e sua construção: definições e problemáticas. 2018. <Disponível em <http://medium.com/@fariasjordao>

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, 1921-1997- 76. Ed. *Pedagogia do Oprimido*/Paulo Freire. – 76. Ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra 2021.

GATTI, Bernardete A. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GOMES, Flávio. *Escravidão e Racismo nas Américas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e identidade negra*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

GOMES, Nilma Lino. *A formação de educadores para a educação das relações étnico-raciais*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações raciais: reflexões e desafios do contexto brasileiro*. Belo Horizonte: Autêtica, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GROSFOGUEL, R. (2016). *Decolonizing Western Universalisms: Decolonial Pluriversalism from Aimé Césaire to the Zapatistas*. Routledge.

HASENBALG, C. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOOKS, Bell. Ensinando a Transgredir: A Educação como Prática da Liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

INSTITUTO SOU DA PAZ: Instituto Sou da Paz | 25 anos - Mortes cometidas por policiais em serviço aumentaram 78,5% nos primeiros oito meses de 2024; revela levantamento do Sou da Paz. (Pesquisa realizada em 24/10/2024).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA: <https://www.ipea.gov.br>

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano/ Grada Kilomba; Tradução Jess Oliveira. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINO, Carolina- Como dar aula de Projeto de Vida me transformou como professora. Nova Escola, Campo Grande, MS, 14/04/2021. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20255/trilha-ensino-medio-projeto-de-vida>

MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, K; GOMES, N.L. Para entender o negro no Brasil de hoje. São Paulo: Autêntica, 2006.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 2015.

MUNANGA, K. A educação colabora para a perpetuação do racismo. Disponível em Kabengele Munanga: “A educação colabora para a perpetuação do racismo” (Pesquisa realizada em 04-03-2025).

NABUCO, Joaquim, 1849-1910- O abolicionismo/ Joaquim Nabuco. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 – (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NUNES, Samuel C. Cidades Portuárias e Dinâmicas Sociais: A História de Santos no Século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: Princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares Como ser um educador antirracista [livro eletrônico] / Bárbara Carine Soares Pinheiro. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRUDENTE, Eunice- Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. Jornal da USP, São Paulo, 31/07/2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=342504> "https://jornal.usp.br/?p=342504"jornal.usp.br/?p=342504. Acesso em 20/07/2022.

RAMOS, Lazaro: Na minha pele/Lázaro Ramos. - 1ª ed.- Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

RAMOS, Silvia; Musumeci, Leonarda. Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2021.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual Antirracista/ Djamila Ribeiro. – 1ª ed. - São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ROLNIK, R. (2001). Territórios Negados: Exclusão e Violência nas Cidades Brasileiras. São Paulo: Contexto.

SALES JR., G. Democracia racial: uma ideologia brasileira. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SANTOS. *Plano Municipal de Educação de Santos*. Prefeitura Municipal de Santos, 2015. Disponível em: [Secretaria de Educação | Prefeitura de Santos](https://www.santos.sp.gov.br) <https://www.santos.sp.gov.br>. Acesso em: abril de 2025.SANTOS, Prefeitura Municipal de Santos. Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Programas e ações. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br>. Acesso em: outubro de 2024.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Caderno do Professor: Sociologia, Ensino Médio, 2º ano, Volume 2. São Paulo: SEE, 2020. p. 24

SILVA, A. L. (2003). Racismo Estrutural: Uma Questão de Justiça Social. In: Estudos de Sociologia, vol. 9.

SILVA, Edson Caetano da. Educação e diversidade cultural: reflexões sobre a BNCC e a Lei 11.645/08. São Paulo: Editora Educar, 2019.

SILVA, Jorge Luiz. Os Desafios da Urbanização Periférica em Santos: A Luta da Zona Noroeste. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

SOUZA, Marilena M. de. Santos: História, Trabalho e Resistência. Santos: Editora Santista, 2020.

TAJFEL, H., & TURNER, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. Austin, & S. Worchel (Eds), The social psychology of intergroup relations (pp. 33-47). Monterey, California: Brooks/Cole.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, L. S. (1987). O desenvolvimento psicológico na infância. Livros Técnicos e Científicos.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.